
A
CRISE
DO
I.B.G.E.

I
RAZÕES DOS DEMISSIONÁRIOS

Rio de Janeiro
Fevereiro de 1952

Í N D I C E

NOTA PRÉVIA

I - A ORGANIZAÇÃO DO I.B.G.E.

1. Antecedentes	1
2. A criação do Instituto	1
3. Os Convênios Nacionais de Estatística Municipal	3
4. O financiamento do Instituto	5

II - A ATUAL CRISE DO I.B.G.E.

1. Acusações e propositos	6
2. As estatísticas brasileiras são caras	7
3. As estatísticas brasileiras são atrasadas	16
4. As estatísticas brasileiras são de duvidosa precisão	25
5. O I.B.G.E. fracassou no desempenho da sua missão	27
6. As razões dos pedidos de exoneração	31
7. Acusações pessoais	32
8. Acusações imprecisas	33
9. Pronunciamentos favoráveis	34
10. O programa do sr. Presidente do Instituto	37

NOTA PRÉVIA

As notas que ora se divulgam foram elaboradas logo após se ter verificado a crise do I.B.G.E. e o conseqüente pedido de exoneração de numerosos ocupantes de cargos de confiança, em virtude de discordarem da atitude assumida pelo presidente da instituição a que servem. Seu objetivo era, antes de tudo, levar à opinião pública as "razões dos demissionários", muitas vezes desvirtuadas em apreciações e comentários menos justos. Todavia, houve por bem o Governo tomar a providência de constituir uma comissão, com o fim de "estudar as bases em que assenta o sistema estatístico brasileiro e os processos estatísticos adotados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, pronunciando-se, em parecer fundamentado, sobre a conveniência do sistema técnico e técnico-administrativo vigente, e considerando-o, particularmente, do ponto de vista da economia, atualidade e exatidão estatística". Além disso, determinou o Sr. Presidente da República, segundo nota oficial do Ministério da Justiça, que fôsem mantidos, no intervalo, "os processos e critérios até agora seguidos" e manifestou a esperança de que se procurasse renovar "a atmosfera de serenidade e cooperação" necessária à vida do Instituto.

O acatamento à palavra de ordem do Governo e o alto apreço que lhes merecem os membros da Comissão designada - dignos, todos êles, pela competência técnica e autoridade moral, da mais irrestrita confiança - levaram os demissionários, fiéis, também, à atitude de discrição que se traçaram desde a primeira hora, a aguardar serenamente a solução do caso, sem divulgar, sequer, as notas de esclarecimento em torno de sua atitude e de contradita às afirmações da outra parte.

Não foi essa, porém, a norma que adotou a Presidência do I.B.G.E., apesar da orientação recomendada pelo Governo. O recente lançamento do trabalho do Sr. Presidente do Instituto, intitulado "A questão do Conselho Nacional de Estatística", no qual se reiteram conceitos que podem levar espíritos desprevenidos a formar impressão menos exata em torno do caso, obriga os demissionários, mau grado seu, a reconsiderar a atitude em que se mantinham e dar divulgação, embora em limitada edição mimeográfica, às presentes notas. Resta acentuar que, elaboradas, como foi dito, antes do aparecimento do trabalho do Sr. Presidente do I.B.G.E., elas não correspondam, a rigor, a uma refutação a êsse trabalho, a qual, todavia, será feita oportunamente, para amplo esclarecimento da opinião pública, em face da crise do I.B.G.E.

Waldemar Figueira
Secretário Geral, demissionário, do C.N.E.

I - A ORGANIZAÇÃO DO I.B.G.E.

1. Antecedentes

A estrutura administrativa e os métodos de trabalho do I.B.G.E. foram impostos ao legislador e a sua direção técnica pela organização política da Nação Brasileira.

A estatística é uma atividade-meio em qualquer administração, embora a existência de órgãos especialmente dedicados a sua execução pudesse levar a crer tratar-se de atividade-fim. Constitui atividade-auxiliar, por meio da qual o Estado se capacita para a realização dos seus fins primordiais. Se assim ocorre, forçoso é concluir que onde existe um ente autônomo há, para o mesmo, a competência necessária para realizar estatísticas. É uma faculdade inerente ao poder de administração própria.

No Brasil, por conseguinte, tanto a União quanto os Estados e Municípios têm competência irrestrita para levantar as estatísticas do seu peculiar interesse. Não ha, na Constituição Federal vigente - como também não houve nas Cartas Magnas anteriores -, nenhum dispositivo que dê a União a competência exclusiva para efetuar inqueritos estatísticos ou restrinja, de qualquer sorte, os poderes dos Estados e Municípios, nesse setor. Esta orientação, alias, coincide perfeitamente com os lineamentos de estruturação federativa do Estado Brasileiro.

Da triplicidade da ação, normativa e executiva, das esferas de Governo da Republica, no que concerne a estatística, resultariam, segundo é facil compreender, pelo menos duas graves consequências:

- a) encarecimento, para a Nação, dos levantamentos estatísticos;
- b) discordância nos resultados estatísticos sobre o mesmo fenômeno.

Se, com efeito, União, Estados e Municípios fossem realizar, independentemente uns dos outros, as pesquisas estatísticas de que carecem, haveria, naturalmente, três organizações diferentes - com pessoal, material e instalações - trabalhando com o mesmo objetivo. Os organismos assim constituídos, exercendo suas atividades sem uma coordenação superior, produziriam, evidentemente, resultados diversos, em relação ao mesmo assunto. E, obviamente, por elevado custo.

A estatística brasileira, até a criação do I.B.G.E., funcionou sempre segundo essas linhas mestras, observando-se mutações secundárias, no correr dos tempos. A União, em verdade, centralizava na Capital da Republica a realização dos inqueritos de seu interesse, ainda que de compreensão municipal; cada Estado efetuava pesquisas no âmbito do respectivo territorio e, finalmente, alguns Municípios, por sua vez, agiam de igual maneira, quanto aos aspectos da vida comunal.

Daí a disparidade de resultados que a estatística brasileira oferecia e que levou uma representação diplomatica estrangeira a interpelar o nosso Governo sobre quais seriam os dados "oficialmente corretos". Este fato, seja dito de passagem, apressou a criação do I.B.G.E.

2. A Criação do Instituto

A competência concorrente, como foi visto, caracteriza a atividade governamental dedicada, no Brasil, aos levantamentos estatísticos. Tornava-se mister, por conseguinte, harmonizar o exercício dessa competência entre orbitas do Governo diferentes, a fim de evitar a triplicidade de atuação ou a preponderância de um dos Poderes Políticos sobre os dois outros, em referência ao problema. Mas, a formula a adotar para o disciplinamento dessa lidima manifestação de autonomia estaria necessariamente limitada, devendo atender a certos requisitos; assim:

- a) deveria respeitar a autoridade dos Governos no que se refere à capacidade para levantar estatísticas;
- b) como corolário da primeira limitação, teria de aceitar a existência,

na esfera administrativa de cada Governo, de repartições especializadas, e não criar restrições a extensão das pesquisas pelas mesmas realizadas ou a livre utilização dos respectivos resultados;

- c) os objetivos "nacionais" das pesquisas, cuja consecução orientaria o disciplinamento do trabalho de todas as repartições de estatística, não prejudicariam os levantamentos especiais referentes aos âmbitos geograficos menores;
- d) a organização a ser instituída deveria receber sua autoridade de todos os Governos que concorressem para a sua criação, colocados no mesmo pé de igualdade, de maneira que, sem prejuízo das prerrogativas a cada qual asseguradas, fosse possível agir, originariamente, supletiva ou complementarmente, em qualquer das três órbitas administrativas;
- e) um sistema de delegações tinha de ser estabelecido, de modo a possibilitar a ação do organismo sempre que algum ou alguns dos Governos co-interessados carecessem de auxílio, ou houvesse necessidade de obter melhores estatísticas;
- f) o financiamento do sistema estaria a cargo de todos os Governos.

Como se poderia estabelecer, no Brasil, esse organismo - sujeito a tais condições e habilitado a solucionar o crucial problema das estatísticas nacionais -, sem que os preceitos da Constituição Federal pertinentes à autonomia da União, Estados e Municípios fossem atingidos? Evidentemente, só seria possível a solução se os próprios Governos concordassem em cooperar mutuamente e em abrir mão de certas prerrogativas inerentes à respectiva condição de pessoas jurídicas autônomas.

O Governo Federal, bem compreendendo a complexidade do problema e levado, talvez, pelas situações de fato que se criaram, tomou a iniciativa de estabelecer o organismo destinado à execução dos levantamentos estatísticos nacionais. Baixou, com esse objetivo, a 6 de julho de 1934, o Decreto nº 24 609, que criou o Instituto Nacional de Estatística, posteriormente transformado no atual Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. A nova entidade surgiu, desde logo, com uma estrutura sui-generis, de natureza federativa, baseada na articulação e cooperação das três ordens administrativas da organização política da República, bem como da iniciativa particular (art. 1º). A enumeração das repartições que constituiriam o seu núcleo executivo foi completada pela referência ao modo por que os órgãos não pertencentes ao Governo Federal se integrariam em a nova estrutura, isto é, mediante assinatura de convênios especiais (§ 3º do art. 3º).

De fato, só mesmo convênios - cuja assinatura pressupõe, ao lado da livre disposição de vontade das partes contratantes, a capacidade das mesmas para deliberar - poderiam colocar, sob a influência unificadora de uma única instituição, a totalidade dos esforços e recursos que os poderes públicos e a iniciativa particular dedicassem a fins de levantamentos estatísticos. Não seria de todo fácil, entretanto, obter essa convergência de esforços. Somente em 1936, justamente dois anos após a criação do Instituto, pôde o Governo Federal convocar a Convenção Nacional de Estatística, prevista no Decreto nº 24 609 e que teria por finalidade assentar as medidas indispensáveis para completar a organização do Instituto e estabelecer as bases para a constituição e a regulamentação do órgão deliberativo do sistema (Decreto nº 946, de 7-7-1936).

A unanimidade dos Governos das Unidades Políticas da República aceitou o convite do Governo Federal e constituiu, por meio de atos baixados pelo Chefe do Poder Executivo e com o referendum de todo o Secretariado, as respectivas delegações a reunião expressamente convocada. Os próprios termos dos decretos-credenciais confirmariam, se outros elementos não corroborassem esse caráter, a natureza altamente política do pacto que se ia firmar. Não se tratava de simples acordo que concretizasse providências para a delegação de atribuições entre órgãos do Poder Público; iam-se assumir, multilateralmente, compromissos que vinculariam as Unidades Políticas - presumivelmente para sempre, como o faz entender a ausência de cláusulas reguladoras de denúncia -, a um siste-

ma cujo exato funcionamento pressupunha concessões, inclusive no setor das prerrogativas constitucionais.

A 11 de agosto, um mês após a convocação, firmava-se na Capital da República a Convenção Nacional de Estatística, a qual, em suas 32 cláusulas, assentou as medidas necessárias à integração do quadro federativo do Instituto, a provou as bases da constituição e regulamentação do Conselho Nacional de Estatística e, finalmente, estabeleceu uma série de providências em benefício da estatística brasileira. O Governo Federal, numa demonstração da importância em que tinha o trabalho dos convencionais, ratificou, sur place, no mesmo dia 11, o instrumento da Convenção, pelo Decreto nº 1 022.

A principal cláusula do Pacto Intergovernamental é; sem dúvida, a Quarta, pela qual ficaram integrados no Instituto todos os serviços de estatística, já organizados ou que se viessem a organizar, na órbita administrativa dos Governos Regionais, para o fim de sujeitar as suas atividades técnicas as normas baixadas pelo Conselho de Estatística. Sem a anuência das Altas Partes Contratantes, no que se refere a essa vinculação, as demais cláusulas seriam inoperantes, visto como não se completaria a estrutura federativa do Instituto.

A Convenção, como foi visto, assentou as bases para a constituição e o funcionamento do Conselho Nacional de Estatística. Os aludidos princípios, a quem de aceitos pelos respectivos Poderes Executivos no ato da aposição da assinatura dos delegados credenciados, mereceram aprovação expressa das Assembleias Legislativas Estaduais, que ratificaram, por lei, o convencionado. E o Governo da União, nessa qualidade, baixou o Decreto nº 1 200, de 17 de novembro de 1936, que regulou o mencionado Colegió Deliberativo, obedientemente as normas aprovadas.

Completo-se, então, a estrutura do Instituto, que, para os fins de atuação do Conselho, ficou integrado de entidades fundamentais de duas ordens distintas, subordinadas as órbitas jurisdicionais correspondentes: a) organizações federais; b) organizações regionais. Ou, em outras palavras, todos os serviços de estatística existentes nas administrações da União e dos Estados teriam a dupla finalidade de órgãos federais ou regionais e de partes necessariamente integrantes do sistema do Instituto.

Para que, entretanto, como componentes do Instituto, não sofressem as repartições de estatística a ação preeminente e preponderante de alguma das órbitas de Governo interessadas na instituição, assegurou o legislador ao Conselho de Estatística a mais ampla autonomia de ação técnica e administrativa, no que disser respeito ao objetivo de tornar eficientes e coordenadas as atividades dedicadas ao planejamento e execução dos serviços estatísticos brasileiros (§ único, art. 1º). E atribuiu a sua Assembleia Geral, que é a entidade colegial em que se congregam, em absolutas condições de paridade - uma vez que se tomam as deliberações por maioria de votos em cada uma das duas bancadas - os representantes da União e das Unidades Federadas, a orientação e direção superiores do Instituto.

Por meio da Convenção Nacional de Estatística se completou, no que concerne as Unidades Políticas do grau superior, a constituição federativa do Instituto. E essa integração, graças a princípios de cooperação interadministrativa livremente aceitos, pode efetivar-se com inteiro acatamento das normas constitucionais e atendidas as condições limitativas impostas pela organização política da República.

3. Os Convênios Nacionais de Estatística Municipal

A "federação de serviços" constituída pelo Instituto não estaria completa, por definição, sem que as repartições municipais de estatística nela figurassem. O Decreto nº 24 609 previra essa filiação (§ 3º, art. 3º), do mesmo modo que a Convenção recomendava idêntica providência (cláusula VIII). E na constituição do Conselho Nacional de Estatística se reservara lugar para a representação dos Municípios (§ 3º, art. 2º). Mas, de fato, a integração dos órgãos locais de pesquisa no sistema estatístico nacional só se efetivou, realmente, mais tarde.

Essa omissão inicial decorreu, fundamentalmente, da circunstância de não funcionar em todo o país, nos primeiros anos da vida do Instituto, talvez nem mesmo uma centena de Agências Municipais de Estatística. Dos esforços despendidos com o objetivo de conseguir a criação desses órgãos, conforme ficara previsto na Convenção, resultou a sua instalação em quase todos os Municípios do país. Contudo, a escassez de recursos com que lutavam os Poderes Públicos locais, aliada a varios outros fatores negativos, concorreu para que as agências tivessem, na sua maioria, existência nominal. De fato, a baixíssima remuneração atribuída aos servidores (em 1944 ainda havia Agentes percebendo Cr\$ 60,00 por mes) tornava praticamente impossível o recrutamento de pessoas capazes, que teriam de trabalhar em repartições desprovidas ate mesmo de material de expediente.

É bem verdade que uma série de providências determinadas pelo Instituto - auxílios, fornecimento de material, concessão de prêmios, etc. - estava proporcionando a progressiva melhoria das Agências. O aperfeiçoamento que se observava, porém, não era proporcional a importância do Município como campo de manifestações estatísticas, nem condizia com a premente necessidade de dados e informes em que se debatia a Nação. A observação do serviço, por outro lado, mostrava que, sem uma providência radical, não se obteria a implantação do sistema de prospecção estatística de que caracia o Brasil, visto como os Municípios não estavam em condições de assumir a responsabilidade dos encargos que lhes cabiam, isto é, a coleta primária.

Nesta ocasião, o Brasil defrontava o grave problema da mobilização de seu potencial belico e a estatística, infelizmente, vinha prestando uma colaboração relativamente fraca. Como os acontecimentos faziam prever a participação ativa da Nação no conflito mundial, os órgãos responsáveis pela defesa nacional, por iniciativa do então chefe do Estado Maior do Exército, General Goes Monteiro, estudaram, com a direção do Instituto, uma providência que viesse sanar imediatamente a falha básica no funcionamento do sistema de coleta local. Recorrendo, então, a formula convencional e aos mesmos princípios de cooperação interadministrativa que tão bons resultados vinham produzindo em relação aos Estados, a União tomou a iniciativa de propor a realização, com a assistência das respectivas Unidades Federadas, de convênios com todos os Governos locais, visando a delegação ao Instituto da função administrativa concernente ao levantamento da estatística geral e, especialmente, da estatística relacionada com a Segurança Nacional, em tudo que for da competência das Municipalidades (Decreto nº 4 181, de 16-3-1942).

A iniciativa da União teve a melhor acolhida de parte dos Estados e Municípios, que, em atos regularmente baixados, registraram sua adesão ao Convênio e, posteriormente, o ratificaram, depois da respectiva assinatura solene.

O Governo Federal, pelo Decreto-lei nº 5 981, de 10 de novembro de 1943, aprovou e ratificou, para todos os efeitos, os Convênios Nacionais de Estatística Municipal que o Instituto, representando a União, firmara com os Estados, Territorio do Acre e a unanimidade dos Municípios do país.

Ficou o Instituto, assim, com a responsabilidade da organização e manutenção dos serviços de estatística geral dos Municípios. Nem por isso, porém, perderam as Agências a sua característica de órgãos integrantes da administração municipal. Na clausula Quarta dos Convênios ficou expressamente ressalvado que a delegação ou concessão de atribuições acordada no Pacto não retirava a Agência a sua qualidade de repartição municipal. Esta circunstancia, alias, possibilitou fossem atribuídos as ditas repartições, como órgãos integrados no Instituto, os característicos de elementos componentes das duas ordens de organizações - a regional e a nacional - em que se subdivide o sistema estatístico do Instituto (alíneas b e c).

A execução dos Convênios, compreendendo, naturalmente, todas as providências para isso necessarias, ficou confiada ao Conselho Nacional de Estatística, distribuindo-se as atribuições entre o plenário do proprio Collegio e a Secretaria Geral. Ao primeiro coube a parte deliberativa, reservando-se a segunda as providências de carater executivo. A fim de dissipar quaesquer duvidas a esse respeito, o Decreto-lei nº 5 981, de 10 de novembro de 1943, assim o estabeleceu redundantemente em seu artigo sexto.

4. O financiamento do Instituto

No decreto de criação do Instituto ficou previsto que a sua vida financeira, considerada a entidade no conjunto, seria independente da dos Serviços nele integrados. Estabeleceu-se, outrossim, que os seus recursos financeiros seriam constituídos, principalmente, do importe das consignações que lhe estipulassem os orçamentos da União, das Unidades Políticas e dos Municípios, as quais se considerariam "auxílios". Contornou-se, dessa forma, habilmente, o problema da independência financeira da entidade, pois o recebimento de auxílios ou subvenções, se bem possa despertar apreensões quanto a regular disposição de recursos, não vincula a entidade, sob o ponto de vista patrimonial, a nenhuma órbita de governo, exclusivamente.

Acontece, todavia, que apenas o Governo Federal vem contribuindo para a manutenção do Instituto, como entidade superior, se se considera a "quota de estatística" - a que nos referiremos adiante - simples retribuição pela prestação de serviços técnicos aos Municípios. As Unidades Políticas, em verdade, no momento em que o desenvolvimento do Instituto talvez fosse exigir a sua contribuição, se viram asoberbadas por crises econômico-financeiras que impediram a concretização completa e regular da forma de financiamento previsto. E os Municípios, como se acentuou, não se encontravam em condições nem mesmo de prover as necessidades mínimas da repartição do Instituto dependente de cada administração.

O "auxílio" concedido pela União ascendeu de duzentos mil cruzeiros, no primeiro ano, a dezoito milhões, em 1952. Estes recursos, porém, de há muito se tornaram insuficientes, em face das despesas a que o órgão executivo central do Conselho (ou seja, a sua Secretaria Geral) obrigatoriamente tem de atender, para executar os trabalhos de coordenação e orientação que lhe competem. Os padrões de vencimentos vigentes para o funcionalismo público e a alta constante dos preços do material usado são dois fatores que, além do acréscimo de encargos, têm contribuído para acentuar essa escassez de recursos. A execução dos Convênios Nacionais de Estatística Municipal, constituindo tarefa nova e não prevista, acarretou, como era natural, o desenvolvimento das atividades da Secretaria Geral e a conseqüente ampliação de quadros, serviços e instalações. Basta considerar, para bem compreender essa ampliação, que o número de servidores dependentes da administração do referido órgão passou de cerca de uma centena a mais de quatro mil (inclusive Inspetorias e Agências). Como esse desenvolvimento foi imposto pelas novas condições de trabalho decorrentes dos Convênios, nada mais natural e justo que o aumento de despesas correspondente corra a conta dos recursos destinados à execução dos referidos Convênios. Dai o destaque anual, realizado pelo órgão deliberativo competente do Conselho, de certa importância da Caixa Nacional de Estatística Municipal, a fim de atender, a título de "despesas de administração", aos gastos não cobertos pelo auxílio da União.

Para a execução dos Convênios, foi prevista uma fórmula especial de financiamento: os Municípios, como contraprestação dos serviços do Instituto, assumiram o compromisso de concorrer com uma contribuição especial ("quota de estatística"). Nas próprias leis de ratificação dos Convênios ficou estabelecida essa contribuição, que se constituiria de um adicional ao imposto sobre diversosos, cobrado na base de dez centavos por cruzeiro ou fração de cruzeiro. A arrecadação desse tributo, cujo montante concorreria para a formação da Caixa Nacional de Estatística Municipal, foi, também, no mesmo ato, outorgada ao Instituto. Infelizmente, porém, o desenvolvimento da arrecadação da "quota de estatística" não vem acompanhando, como seria mister, o progressivo aumento das despesas custeadas pela referida Caixa. É possível, entretanto, que o fenômeno decorra, não de uma regressão do número de frequentadores de estabelecimentos de diversosos e, sim, da estabilização do preço dos ingressos aos respectivos espetáculos.

Cabe assinalar, também, que a questão da constitucionalidade da cobrança da "quota de estatística" já foi levantada perante os Tribunais do país, tendo os interessados impugnado a arrecadação com base em dois argumentos principais: a impossibilidade do preavocimento da outorga feita pelos Municípios, em face da Constituição de 1946, e a insuficiência da inclusão de previsão de receita no orçamento do Instituto para justificar a cobrança. A questão, que é de importância vital para o Instituto, depende, no momento, do pronunciamento último do Supremo Tribunal Federal, para onde um dos feitos foi encaminhado em grau de recurso extraordinário. Cumpre referir, porém, que tanto no Juízo de primeira

instância quanto no Tribunal Federal de Recursos foi aceita, sem voto discordante, a legitimidade da cobrança do tributo. Essa legitimidade esta reconhecida, também, em pareceres de eminentes juristas.

II - A ATUAL CRISE DO I.B.G.E.

1. Acusações e propósitos

O sistema estatístico nacional, cujo funcionamento se vinha processando dentro dos princípios básicos e diretrizes convencionais, antes expostos, atravessa, no momento, grave crise, que parece ameaçar a sua própria sobrevivência. Decorre tal situação das declarações feitas pelo general Djalma Polli Coelho, atual presidente do Instituto, e constantes de cartas e entrevistas divulgadas pela imprensa do Distrito Federal, nas quais se contém acusações de importância variável e que podem ser assim agrupadas:

- I - As nossas estatísticas deixam a desejar, em virtude de seu alto custo, atraso na divulgação dos resultados e duvidosa precisão.
- II - O Instituto fracassou no desempenho da missão que lhe foi dada, podendo-se atribuir o fracasso a legislação antiquada, ao pessoal incompetente de que dispõe; constituído em oligarquia no órgão central, as velhas técnicas que utiliza, ao desinteresse existente na formação de técnicos, a intangibilidade do sistema estatístico.
- III - A reação dos servidores demissionários, sendo resultante de "princípios", não foi provocada pelas acusações feitas as estatísticas brasileiras, mas em defesa de interesses pessoais ou exprimindo antigo desapeço a pessoa do presidente.
- IV - Há servidores, no exercício de altas funções, que, tanto pelo estado de sanidade mental como pela incompetência técnica, não deveriam exercer as funções que lhes foram confiadas.
- V - Velhos hábitos brasileiros prejudicam a revelação de certas realidades, pois a mentira agradável é preferível a verdade desagradável.

Os mesmos documentos de referência demonstram que o atual Presidente do I.B.G.E. se propõe a executar uma "reforma de base" do sistema, de que resultará:

- a) completa modificação da legislação existente;
- b) formação de técnicos em larga escala;
- c) introdução de novas técnicas e processos de trabalho;
- d) aproveitamento de valores humanos novos;
- e) barateamento, atualização e maior fidedignidade das estatísticas.

Torna-se necessário aclarar dois pontos essenciais, antes de entrar no mérito das acusações formuladas, pois da sua exata conceituação poderá resultar maior precisão de julgamento. São eles:

- a) quais as estatísticas a que se refere o Presidente do I.B.G.E;
- b) quais os responsáveis pelas deficiências dessas estatísticas e pelas falhas encontradas nos órgãos incumbidos de sua elaboração.

Sem que sejam fixados estes dois pontos, de início, nada se poderá apreciar e concluir com a necessária segurança.

Ao que parece, o sr. Presidente do I.B.G.E. não pretendeu estabelecer qualquer exceção, ao afirmar que as "nossas estatísticas" são realmente "atrasadas, caras e, pior do que tudo isso, de duvidosa precisão". Essa declaração tem sido repetida exaustivamente. Depois de afirmá-lo em cartas ao "Correio da Manhã", s. excia. o reiterou a vários jornais ("O Globo", 4/I/52; "Tribuna da Im

prensa", 5/I/52; outros), comunicando ainda ao sr. Presidente da República, na exposição datada de 8 de janeiro, que tal assertiva não só exprimia "convicção profunda de sua (minha) parte", mas também era "a expressão fiel e definitiva do seu (meu) conceito sobre o que são as nossas estatísticas" e o fruto de uma "convicção categorica".

Fica evidenciado, assim, que as deficiências apontadas correspondem a todas as estatísticas, nelas incluídas as de competência tanto dos órgãos federais como dos estaduais, municipais e filiados; as que são obtidas através de registros regulares e as que se conseguem mediante a realização de censos; quer os levantamentos periódicos, quer as estimativas eventuais. Dai a conclusão do general Polli Coelho: "Vamos a verdade e a realidade das coisas. Basta de mentiras e de fantasias" ("Correio da Manhã", 30/XII/51). Nessas condições, força é reconhecer que "os levantamentos estatísticos no Brasil têm sido executados, e até agora impunemente, por uma legião caríssima de servidores sem escrúpulos e sem honra, prevaricadores e falsários impudentes, que, traindo também a Pátria, praticaram a maior mistificação na história da administração pública, ilaquearam a confiança dos Governos que se sucederam de 1936 até agora, e burlaram, ao mesmo tempo, os demais poderes do Estado e a opinião pública. O Conselho de Estatística e os servidores da estatística, em geral, iludiram a observação dos meios cultos estrangeiros, cuja confiança o Brasil havia conquistado, não só quanto a adequação dos princípios que o sistema estatístico brasileiro subentende, mas também quanto ao acerto da sua organização e a probidade do seu labor. E a tal ponto a mistificação foi bem sucedida, que a estatística brasileira repetidas vezes recebeu indignamente os mais honrosos julgamentos, como agora mesmo acaba de acontecer com as decisões do Congresso Internacional de Estatística, realizado em Nova Delhi, as quais tanto lhe enalteceram as realizações que se supunham honestas, mas se verifica não passarem de burla ignobil" (carta do Dr. M. A. Teixeira de Freitas ao sr. Presidente da República).

Quais os responsáveis pelas deficiências indicadas, quais as pessoas comprometidas na gigantesca fraude? Todos aqueles que, direta ou indiretamente, vem participando de atividades estatísticas; inclusive os membros das Juntas Regionais, da Junta Central e da Assembleia Geral do Conselho Nacional de Estatística, os chefes de seção e funcionários, de equivalente hierarquia, das "repartições centrais", os diretores-gerais das repartições regionais de estatística, os dirigentes gerais das organizações oficiais e oficializadas que possuem seções ou serviços estatísticos, tanto na órbita federal como na regional, os representantes das organizações particulares filiadas ao Instituto (Convenção Nacional de Estatística, Clausula I).

O culpado, se culpado existe, não pode ser, com efeito, aquele que, no bremente, nessa posição se colocou perante a Presidência da República; ainda que se lhe reconheça que foi "de fato o inspirador (...) do Governo quando legislou sobre o Instituto e o executor principal dos textos legais e convencionais que fizeram funcionar o Conselho Nacional de Estatística" (Dr. Teixeira de Freitas, carta cit.). A responsabilidade dos erros cometidos, a culpa dos descabros que se venham a apontar na estatística brasileira cabem, por inteiro, em conformidade com o Decreto nº 1 200, de 17 de novembro de 1936, ao Conselho Nacional de Estatística, que é a entidade colegial a que competem a orientação e a direção superiores das atividades do Instituto. As decisões do Conselho, relativamente as normas de trabalho e aos planos de investigação da estatística brasileira, exprimem o ponto de vista dos órgãos federais e regionais que o constituem, refletem as diretrizes dos próprios governos nele representados. Emanam, pois, dos altos poderes solidarizados na Convenção, sendo certo, porém, que essas decisões não abrangem, em conjunto, o Instituto, uma vez que o sistema de serviços integrante do Conselho Nacional de Geografia possui o seu órgão de direção próprio.

Isso estabelecido, verifiquemos em que se apoiam as acusações formuladas pelo atual presidente do I.B.G.E.

2. As Estatísticas Brasileiras São Caras

Como justifica o sr. Presidente do Instituto a acusação que formulou sobre o alto custo das nossas estatísticas? Não se conhece, de sua parte, qual

quer justificativa, embora a êle coubesse o ônus da prova. Afirma, porém, que "somos também um país em que não se liga muita importância aos sacrifícios que a Nação faz para criar e manter serviços públicos ou instituições que vivem a custa do Tesouro Nacional, contanto que haja quem com isso goze, se distraia ou se encha de vaidades, vendo seu nome sempre elogiado pelos jornais" ("Correio da Manhã", 30/XII/51). E insiste em que "é preciso empregar melhor a quantia de cerca de duzentos milhões de cruzeiros que o Governo gasta anualmente" ("O Globo", 4/I/52) e que "corresponde, realmente, a muito mais, se acrescentarmos as despesas que os Ministerios e Departamentos Estaduais também fazem. Bem contados, os gastos atingem a cerca de 500 milhões de cruzeiros, com os quais se poderia fazer muito mais do que se faz" ("Tribuna da Imprensa", 5/I/52).

Vê-se, pois, que o atual presidente do I.B.G.E. acha que as estatísticas são caras. Mesmo ignorando a quanto montam os recursos invertidos no custeio dos nossos levantamentos estatísticos, manifesta, de publico, essa convicção.

Se o custo das estatísticas brasileiras é alto ou baixo, somente se poderá sabê-lo depois da ponderação dos respectivos valores unitarios e de compará-lo com o de outros serviços públicos, de âmbito nacional, ou com o dos levantamentos estatísticos estrangeiros. O general Polli Coelho, porém, não tendo a seu dispor os elementos necessários a uma conclusão objetiva, baseia as suas afirmativas, como o fez na Junta Central, em sessão de 4/I/52, em dados incompletos ou mero conceito subjetivo. Tratando das estatísticas brasileiras, em geral, pareceu-lhe suficiente, para corroborar o seu ponto de vista, a exibição de uma tabela com os dados orçamentarios do Conselho Nacional de Estatística, "chamando a atenção para o aumento verificado nos dois últimos anos". Entretanto, para uma verificação de custo dessa ordem, não seria suficiente o orçamento do C.N.E., sobretudo se limitado a Secretaria Geral respectiva, órgão cuja função predominante é de natureza coordenadora e administrativa. O levantamento dos gastos da estatística brasileira, com o rigor indispensavel, teria de considerar as despesas feitas com os órgãos federais, estaduais e municipais, deduzidas as despesas resultantes de encargos não estatísticos, atribuídos a órgãos estatísticos. Tenha-se em vista, bem assim, que a maior despesa, no momento, com levantamentos estatísticos é a que resulta da manutenção das Agências Municipais de Estatística, custeada mediante contribuição da população, sob a forma de uma taxa que, incidindo sobre diversões publicas, corresponde ao campo tributario privativo dos Municípios.

Estas Agências, entretanto - e isto parece haver sido esquecido em todas as declarações do sr. Presidente -, não se limitam a trabalhar para o Instituto ou para os Municípios. A sua atividade visa a atender as três orbitas de Governo da Republica e ao Instituto, o que importa em afirmar que uma única rede de repartições está realizando tarefas que exigiriam o funcionamento de três redes de órgãos independentes, como, alias, ocorre normalmente em tantos outros setores da administração do país. Ao referir-se ao custo da nossa estatística, o Presidente do Instituto pôs em foco a contribuição do Governo Federal. Entretanto, se a rede de Agências for extinta, ou se os Municípios romperem o regime de cooperação-instituição, convencionalmente, o Governo da União, do mesmo modo que os Estados e as próprias Municipalidades, se vera na contingência de manter os seus próprios órgãos de coleta nos Municípios. E, em tal hipótese, mesmo que o levantamento se faça por amostragem, o custo sera, naturalmente, muito maior do que o atual, pois este corresponde a serviços que atendem, em regime de paridade, aos interesses da União, dos Estados e dos Municípios, em materia de estatística. A contribuição mais pesada, no momento, é exatamente aquela de que os Governos federal e estaduais se estão beneficiando: a da rede permanente de coleta, mantida, como foi dito, com recursos originarios do campo tributario municipal, na exata conformidade dos Convênios Nacionais de Estatística Municipal.

No tocante aos levantamentos estatísticos realizados em países estrangeiros, teria de ser considerados, como invalidadores da comparação, as diferenças de processos e sistemas e das próprias condições sociais dentro das quais se realizam as pesquisas. Mas, se tomarmos, para confronto, apenas os Estados Unidos, verificaremos que, na grande Republica, o problema da coordenação, em materia de estatística, ainda está longe de ser resolvido. Na esfera federal, a duplicidade de investigações sobre o mesmo assunto é objeto de permanente atenção do Bureau of Budget. O trabalho de Stuart A. Rice e Richard O. Lang, "Sta-

tistical Services of the United States Government", demonstra a existência de 51 repartições que executam levantamentos estatísticos atinentes ao programa dos órgãos que integram. Continuam a existir dúvidas quanto as fronteiras entre os campos de estrita competência e o resultado é que órgãos como o Bureau do Censo, para citar apenas um exemplo, executa investigações sobre "Labor force", assunto que, a rigor, deveria ser da exclusiva atribuição do Bureau of Labor Statistics.

Se assim ocorre na esfera federal, apesar da vigilância exercida pelo Bureau of Budget para evitar a duplicidade de pesquisas, com muito maior frequência o mesmo se verifica quando entram em conflito os interesses das administrações da União e dos Estados. Bastaria lembrar, a respeito, as dificuldades encontradas pelo U.S. Office of Education para obter dados sobre o movimento escolar. Alguns Estados chegaram ao ponto de recusar subvenções da União, para não terem de seguir as normas fixadas pela estatística federal, porque isso lhes parecia constituir um atentado a sua autonomia.

Um sistema estatístico do tipo do brasileiro poderá ser, aparentemente, de custo alto, sobretudo quanto a coleta, uma vez que esta é feita, a um só tempo, a fim de atender as necessidades das três órbitas de Governo. Mas, esse custo será, decerto, relativamente menor que o da manutenção de três grupos de órgãos - um para efetuar as estatísticas que interessam ao Governo da União, outro para as estatísticas que interessam aos Governos dos Estados, outro para as dos Municípios. Além de evitar-se a disparidade de resultados para os mesmos aspectos investigados (disparidade que foi, conforme se assinalou, uma das razões que deram lugar a criação do Instituto), a solução brasileira permite que o mesmo pessoal trabalhe para as três esferas administrativas interessadas, valendo-se do mesmo material permanente e recorrendo ao informante menor número de vezes. Em suma: economia de custo e de tempo e melhor qualidade dos resultados.

Já se consignou, também, entre as razões para o aumento do custo das nossas estatísticas, o número de exemplares de cada instrumento de coleta e os registros promovidos pelo Instituto, em órgãos públicos e particulares, para obter melhores informações. (Considere-se, mais uma vez, antes de concluir a respeito, que a multiplicidade de exemplares resulta de que o Instituto, como órgão de coordenação, é obrigado, por força dos compromissos assumidos, a atender simultaneamente ao interesse dos governos que representa, fornecendo a mesma informação, ao mesmo tempo, aos Governos da União, dos Estados e dos Municípios e, em certos casos, principalmente quanto aos dados de cadastros, aos órgãos da segurança nacional).

Entretanto, o não fornecimento dessas informações - recolhidas em três vias - equivaleria ao desmoronamento do sistema instituído. Com efeito, dificilmente os Municípios - que custeiam, como ficou dito, a despesa da coleta, através da "quota de estatística" arrecadada pelo Instituto -, concordariam em arcar com o onus da manutenção da rede de Agências sem delas receberem as informações de que precisam. E os Estados não teriam outra atitude, em relação a Convenção Nacional de Estatística.

Quanto aos registros mantidos por iniciativa do Instituto, com o objetivo de assegurar maior fidelidade aos resultados estatísticos, a sua supressão viria contribuir para tornar ainda menos exatos os dados disponíveis, hoje considerados pelo sr. Presidente do I.B.G.E. "de duvidosa precisão". Num país como o Brasil, onde tanto rareiam os registros públicos e particulares, os órgãos estatísticos não podem alhear-se a esse problema, se bem quiserem cumprir suas finalidades. É pena que o Conselho Nacional de Estatística, que tanto já fez, nesse particular, no campo das estatísticas culturais, com a instituição do Registro Escolar, ainda não tenha podido, em virtude de razões alheias a sua esfera de atuação, obter o mesmo êxito noutros setores de atividades. É o que ocorre, por exemplo, quanto ao Registro Civil, problema já tantas vezes posto em evidência, pelos órgãos estatísticos, mas ainda não resolvido, como o exigem os interesses do país, exatamente porque a sua solução transcende do campo de atribuições desses órgãos.

Considerou o sr. Presidente do Instituto, na reunião da Junta Central, em 4/1/52, "dispendiosa a manutenção do sistema de Agências Municipais de Estatística", cuja eficiência põe em dúvida. Não expôs, entretanto, como pretende, depois de suprimi-las, atender aos compromissos vigentes. Engano seria admitir

que, fornecendo totais obtidos por amostragem, para o Brasil, e mesmo para os Estados, se podera atender aos interesses dos Municípios, em materia de estatística.

Não ficou bem esclarecido, também, se se considera elevado o custo da manutenção das Agências como consequência do grande numero desses orgaos ou da remuneração que se vem pagando aos servidores. Evidentemente, não se pode considerar bem remunerado o cargo de Agente - Cr\$ 1.400,00 a Cr\$ 4.800,00 - quando se sabe que um simples estafeta postal está percebendo, no interior do país, vencimento bem superior ao minimo atribuído a maioria do pessoal dos orgaos locais do Instituto. É interessante assinalar, neste particular, que enquanto o general Polli Coelho considera dispendiosa a manutenção das Agências, mesmo com esses vencimentos ínfimos, o seu auxiliar imediato afirma que, de ordem do Presidente do Instituto, executara imediatamente um programa em que se prevê "revisão das escalas de salários ora adotados na Secretaria Geral - na sede, nas Inspetorias Regionais, nas Agências Municipais -, com o fim de estabelecer níveis hierarquicos adequadamente remunerados e capazes de atrair e de fixar legítimos valores humanos" (Lourival Câmara, "Proclamação aos Estatísticos Brasileiros", 8-I-52).

O que não foi referido, porém, nem por uma, nem por outra das duas autoridades, é a impossibilidade em que se encontrou a administração do Conselho, em 1951, de promover, como pretendia, o reajustamento dos Agentes. Assim o reconheceu, alias, a Assembleia Geral, ao formular apelo ao Governo Federal, "no sentido de ser aumentada a importancia do "auxílio" concedido a entidade pelo Governo da União, de maneira a tornar-se possível o imediato reajustamento dos salários e vencimentos do pessoal do Conselho" (Resolução nº 501, de 12-9-51). Vale transcrever, a esse respeito, os seguintes trechos do relatório do Secretario Geral do C.N.E., sobre as atividades do referido orgao, em 1951:

"Vários problemas cujo encaminhamento estava previsto não puderam ser devidamente atacados, em face da escassez dos recursos financeiros de que dispôs a administração. Dentre estes, merece referência especial, sobretudo pelo seu aspecto humano, a questão do reajustamento dos salários dos servidores, principalmente nas Agências Municipais e Inspetorias Regionais. Estudos meticolosos já demonstraram o quanto se torna premente essa providencia, reclamada, alias, durante o exercicio, através de significativo movimento dos próprios interessados, os quais, na maioria dos casos, não percebem remuneração que lhes assegure satisfatorias condições de vida.

Duas razões, porém, determinaram a ausência de recursos que permitissem dar ao problema a solução mais justa: primeiro, o fato de não corresponder o crescimento da renda da Caixa Nacional de Estatística Municipal ao progressivo aumento de despesas na execução dos Convenios Nacionais de Estatística Municipal, de que decorreu a transferência a administração do Conselho de todas as Agências de Estatística do país; segundo, a circunstância de se ter mantido praticamente estacionario, nos ultimos exercicios, o auxílio concedido ao Instituto, no orçamento da União, para ocorrer as despesas do Conselho, na parte não custeada pela Caixa Nacional. Sendo insuficiente, como é, esse auxílio, para manter-se o orgao central da Secretaria, tem-se tornado necessario suplementar, cada ano, a receita deste ultimo, mediante destaque de recursos da mesma Caixa. É certo que a ampliação dos serviços, no referido orgao, é uma consequência natural dos encargos dos Convenios e da administração das Agências, o que torna perfeitamente legitima a aplicação, em seu custeio, daqueles recursos. Se considerarmos, porém, que o cargo dos Municípios, através de renda obtida mediante arrecadação de taxa com incidencia em seu campo tributario (10% sobre as entradas em estabelecimentos de diversos), já se encontra o custeio de toda a rede de coleta nacional - a serviço, indistintamente, das tres orbitas de governo -, logo verificaremos o quanto seria justo que a União chamasse a si a responsabilidade financeira da manutenção do orgao central da Secretaria. Infelizmente, porém, ainda não obtiveram êxito as iniciativas do Conselho, junto ao Governo, no sentido de que isto se torne possível, através de um aumento substan-

cial do auxílio que vem sendo consignado nos orçamentos federais; tão substancial que exonerasse a Caixa da suplementação ora dada a Secretaria, permitindo assim que os seus recursos, já de si insuficientes, passassem a ter aplicação exclusiva na manutenção das Inspetorias e Agências, em todo o país.

Entretanto, as medidas adotadas, em 1951, visando, sobretudo, à melhoria da arrecadação da "quota de estatística", asseguram-nos perspectivas mais satisfatórias. Tornou-se possível, assim, já no fim do exercício, concretizar uma providência que vinha sendo retardada havia bastante tempo - com graves danos até mesmo para a eficiência do serviço -, qual seja a reestruturação da Inspetoria Regional em São Paulo e o reajustamento dos salários dos respectivos Agentes Municipais (Resolução nº 372, de 21 de dezembro, da Junta Executiva Central). Os estudos em curso e a previsão da receita da Caixa para o exercício de 1952 (Cr\$ 114.000.000,00) permitem, agora, que o problema seja encarado razoavelmente em todo o resto do país, de modo a assegurar-se a devotados servidores do Instituto uma remuneração mais condigna e que melhor corresponda aos seus reconhecidos esforços, a serviço da estatística".

Segundo as declarações do general Polli Coelho, a Secretária Geral do C.N.E. "mantem um quadro administrativo grande de mais, não existindo, entretanto, uma equipe de técnicos a altura das necessidades". Infelizmente, ainda aí, houve deficiência no exame dos fatos, pois a expansão do órgão executivo do C. N.E. resultou, principalmente, dos compromissos assumidos nos Convenios Nacionais de Estatística Municipal, de cuja execução tem aquele órgão a responsabilidade administrativa.

Seria preciso verificar, aliás, se, em face dos encargos cometidos à Secretaria Geral, originariamente ou em decorrência da execução dos Convenios, deve ser considerado desproporcional o número de servidores que ali trabalham - isto é, no órgão central - e que pouco excedem de 800. Arrecadando e aplicando cerca de 120 milhões de cruzeiros, administrando mais de quatro mil funcionários que trabalham em perto de 1900 repartições, difundidas por todo o território nacional, realizando inqueritos estatísticos, coordenando o sistema estatístico brasileiro, editando, regularmente, numerosas publicações, mantendo intercâmbio com entidades culturais e congêneres do país e do estrangeiro, assegurando assistência técnica às repartições do Conselho, desenvolvendo ampla atividade educativa em prol da criação da mentalidade estatística no Brasil, - a Secretaria Geral executa um programa de trabalho amplo e variado, que, necessariamente, exige pessoal.

Vejamos, agora, como se distribui esse pessoal, segundo a natureza de suas atribuições:

SECRETARIA GERAL

I - Funções de direção ou consultivas (x)

Secretario Geral	1
Diretor da Secretaria	1
Inspetor Geral	1
Consultor Juridico	1
Superintendente do Serviço Grafico	1
Total	5

II - Funções de Chefia de Serviço e Secção (x)

De natureza estatística	25
De administração	11
Outros ramos especializados:	
de contabilidade e controle financeiro	5
de biblioteca	3
de assistência social	1
Total	45

(x) Quase todos os servidores ocupam funções de caráter permanente, incluídas no grupo IV.

III - Funções gratificadas e chefias de setores (x)

De natureza estatística	59
De administração	8
De contabilidade e controle financeiro	4
Total	71

IV - Funções executivas

De natureza estatística	293
De administração	208
De contabilidade	37
De datilografia (xx)	113
De portaria e demais serviços subalternos	145
De assistência social	5
De biblioteca	5
De cartografia	2
De tradução	2
Total	810

INSPETORIAS REGIONAIS DE ESTATÍSTICA

I - Funções de direção (xxx)

Inspetores Regionais	24
----------------------------	----

II - Funções de chefia (xxx)

De natureza estatística	43
De administração	36
De contabilidade e controle financeiro	10
Total	89

III - Funções Executivas

De natureza estatística	348
De administração (xxxx)	291
De contabilidade e controle financeiro	56
De portaria e demais serviços subalternos	87
Total	782

AGÊNCIAS MUNICIPAIS DE ESTATÍSTICA

Agentes de Estatística	2 087
Auxiliares de Agência	613
Total	2 700

(x) Quase todos os servidores ocupam funções de caráter permanente, incluídas no grupo IV.

(xx) Os servidores incluídos trabalham indeterminadamente para qualquer dos outros ramos.

(xxx) Quase todos os servidores ocupam funções de caráter permanente, incluídas no grupo III.

(xxxx) Neste grupo estão incluídos os datilógrafos, que trabalham interminadamente para os ramos de estatística e de administração.

Foram consideradas funções de natureza estatística, na Secretaria Geral: estatístico (75), estatístico analista (18), estatístico auxiliar (47), auxiliar técnico (40) operador (59), operador especializado (15), assistente técnico (39). Como de administração foram consideradas as seguintes funções: oficial administrativo (36), auxiliar de administração (81), auxiliar de escritório (70), assistente de administração (9) e técnico de administração (12).

A observação apressada dos valores numéricos anteriormente especifica dos pode levar a conclusão de que há, na Secretaria Geral, relativa hipertrofia do ramo administrativo. Será desfeita essa impressão, porém, se se considerar que a Secretaria não é, - como já foi dito - um organismo que se destine específica e exclusivamente a elaboração estatística.

A natureza de suas atribuições tornou necessário dotá-la do conveniente organismo de planejamento, organização e controle, pois de outra maneira não poderia cumprir a importante missão de coordenadora das atividades das Agências de Estatística, que, por força dos Convenios Nacionais de Estatística Municipal, passaram a sua responsabilidade.

Assim, vários serviços foram criados: o de Pessoal, o de Material, o Econômico e Financeiro, o de Comunicações e a Inspetoria Geral. Cumpre notar, entretanto, que essa modificação de estrutura não se processou de afogadilho e, sim, em obediência às progressivas necessidades do serviço. As funções de administração de Pessoal e Material, por exemplo, estiveram a cargo de um órgão durante mais de um ano, só se tendo processado a divisão quando a dificuldade de um controle eficiente aconselhou a adoção da medida. Do mesmo modo, algumas Seções foram criadas por força de novas condições que acarretaram a ampliação da Secretaria: as Seções de Assistência Social, do Selo de Estatística, de Estudos, Seleção e Aperfeiçoamento, e outras.

Não se descuro o Conselho, também, de resolver os problemas de organização, na parte referente aos serviços de estatística ou afins. Assim, a partir de 1945, foram sendo criados, sucessivamente, o Serviço de Documentação e Informações Estatísticas, o Serviço de Biblioteca e Intercambio, o Serviço de Coleta do Distrito Federal e o Laboratório de Estatística.

Se se passar do exame da estrutura para o da composição do quadro de pessoal da Secretaria, verificar-se-a que, realmente, não seria possível a administração eficiente de 24 Inspetorias Regionais e quase 1 900 Agências, sem o número de servidores de função "não técnica" atualmente existentes. Cumpre referir, além disso, que nos trabalhos de nível elementar não ocorrem incompatibilidades de ordem técnica capazes de impedir a sua execução, indiferentemente, por servidores classificados em carreiras integrantes do grupo de natureza estatística ou do ramo administrativo. Assim, as funções de Agente Distrital e de Auxiliar de Coleta, em número de 58, vêm sendo exercidas com plena eficiência por servidores não enquadrados em carreiras de estatística. Estando a cargo desses elementos a manutenção dos cadastros distritais e a realização da coleta anual no Distrito Federal, é evidente que qualquer servidor de bom nível básico, e com suficiente senso de responsabilidade, poderá executar o trabalho, sem que, com isso, deixe de estar desempenhando uma função tipicamente de natureza estatística. Não se torna necessário que, nessas funções, sejam aproveitados apenas os elementos que possuam conhecimentos especializados de estatística matemática.

Funções há, no quadro da Secretaria Geral, que têm por objetivo servir a todos os órgãos e não apenas a este ou aquele setor. Assim, por exemplo, incorrer-se-a em erro se se quiser fazer pesarem os datilógrafos no grupo de servidores que desempenham função puramente administrativa; servem eles indiferentemente às seções de estatística e às administrativas. Também a ponderável massa de servidores subalternos (serventes, contínuos, motoristas, ascensoristas, mensageiros, etc.) serve, igualmente, aos dois tipos de órgãos.

A mesma argumentação adotada em relação à Secretaria Geral é aplicável às Inspetorias Regionais, cujos problemas, de modo geral, se assemelham aos do órgão central do Conselho. Já nas Agências, a quase totalidade do pessoal se dedica a trabalhos de natureza estatística.

Não é, também, o nível de salários dos servidores do órgão executivo do Conselho que concorre para elevar o custo das estatísticas nacionais. Os padrões e referências em vigor para o quadro e as tabelas da Secretaria são os

mesmos que prevalecem para o funcionalismo federal, embora - é conveniente registrar-se - as possibilidades de acesso no Instituto sejam bastante inferiores, pelo pequeno numero de cargos. Além disso, a remuneração das Chefias de Serviços e, na Secretaria Geral, inferior a que a União paga em idênticas condições.

Resta examinar outro aspecto do problema: o do material empregado na coleta a cargo da rede de órgãos do Conselho. Dentro dos objetivos da presente exposição, será considerada, apenas, a parte dos instrumentos de coleta referentes aos levantamentos de âmbito nacional e cuja edição esta sob a responsabilidade da Secretaria, inclusive quanto ao custeio das respectivas despesas. Para uma visão completa do problema, seria necessário considerar, também, os questionários utilizados em inqueritos de seu interesse privativo por alguns órgãos estatísticos regionais ou federais.

Para se ter idéia do volume do material distribuído pela Secretaria Geral, no exercício de sua função de órgão coordenador da coleta estatística para as repartições especializadas das três orbitas administrativas do país, basta especificar as quantidades entregues as Inspetorias e Agências Municipais de Estatística, relativamente a XVI Campanha Estatística, ora em execução. Como já foi dito, de cada instrumento de coleta são extraídas três vias, uma das quais, pertencente ao Município, e arquivada na respectiva Agência, outra é encaminhada ao Departamento Estadual de Estatística e a terceira remetida ao órgão central federal interessado. Eis os dados, em resumo:

- a) Caderno A, de levantamentos cadastrais destinados a servir de base ao lançamento de inqueritos e a atender as Forças Armadas 6 303
- b) Questionários da série Q (instrumentos de coleta individual distribuídos as entidades atingidas pelos varios inqueritos) 609 750
- c) Questionários dos inqueritos especiais, mandados executar pelo Decreto-lei nº 4 736, de 23/IX/1942, para levantamento de estoques e índices economicos de estabelecimentos industriais e comerciais com movimento acima de determinados limites 129 102

A Secretaria Geral tem a responsabilidade, também, da impressão de 2 000 exemplares do Caderno D, utilizado no levantamento da produção agricola, a cargo do Serviço de Estatística da Produção, do Ministerio da Agricultura. O mesmo ocorre quanto ao material da estatística educacional, de interesse do Serviço de Estatística do Ministerio da Educação e Saude e que compreende, além de milhares de cadernos para a coleta estatística mensal, o seguinte:

- 10 000 livros de registro para escrituração do movimento escolar, em todo o país, a fim de servir de base ao levantamento da estatística do ensino primario;
- 80 000 livros de frequência escolar diária;
- 60 000 livros para registro de frequência e aparelhamento escolar;
- 1 000 000 de boletins diversos, a serem preenchidos pelos regentes de classes.

Ainda a título de cooperação com os órgãos centrais federais, a Secretaria Geral assumiu o compromisso de colaborar na apuração da estatística industrial, relativa a 1951, encargo esse que constitui atribuição específica do Serviço de Estatística da Previdencia e Trabalho e do Serviço de Estatística da Produção.

Além dos inqueritos acima referidos, que têm caráter de rotina, pois fazem parte do plano de trabalho normal do sistema estatístico, ainda outros estão sendo realizados, entre os quais o relativo a "reservas florestais", determinado pelo sr. Presidente do I.B.G.E., o de "reparação e construção naval", a pedido do Estado Maior da Armada, o de "produção de artefatos de borracha", de interesse da Comissão Executiva da Defesa da Borracha, e outros de menor significado. Essas pesquisas, que tiveram início em janeiro corrente, abrangem, com exceção da ultima, todos os Municípios do país.

A XV Campanha Estatística, relativa a 1950, compôs-se de 83 questionários "Q" e de um Caderno A com 64 folhas, representando 4 034 quesitos. Desse; 913 foram considerados objeto de apuração, dentro do "plano mínimo", uniforme para todo o país, estabelecido pelos órgãos centrais federais e regionais, com o intuito de obter as características mais representativas dos vários aspectos investigados. O aproveitamento dos demais, - quando não se destinam a cadastro ou a fins de controle - foi deixado a critério dos órgãos interessados, dentro das respectivas possibilidades, quanto a pessoal e material.

E quais os recursos de que dispõe a Secretaria Geral, para a execução do programa de trabalho ora exposto, em suas linhas gerais? E o que veremos a seguir.

Nos termos das Resoluções ns. 376 e 378, da Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, que dispõem sobre o orçamento da entidade no exercício em curso, a Secretaria Geral propriamente dita - ou seja, o órgão central, no Rio de Janeiro - despendera, este ano, 44 milhões de cruzeiros, dos quais 26 milhões corresponderão a destaque de recursos da Caixa Nacional de Estatística Municipal e a parte restante (18 milhões) ao auxílio concedido pela União, na forma da lei orgânica do Instituto. A despesa com as Inspetorias Regionais, nos Estados e Territórios, será da ordem de 31 milhões de cruzeiros; com as Agências Municipais de Estatística, em número de 1 894, serão despendidos 57 milhões de cruzeiros.

Verifica-se, dessaíte, que, do total de 132 milhões de cruzeiros, a quanto montarão, neste exercício, as despesas do Conselho Nacional de Estatística (excluída a verba destinada ao Serviço Nacional de Recenseamento), 61% são empregados integralmente no custeio da rede de coleta, no interior do país. Por outro lado, 86% dos recursos movimentados provem da arrecadação da taxa de estatística, criada pelos Municípios em decorrência dos Convenios Nacionais de Estatística Municipal; a quota da União representa, apenas, 14%. As despesas totais com o custeio de cada repartição correspondem, em média, a 70 mil cruzeiros anuais.

Infelizmente, sem o acesso às fontes de informações, na Secretaria Geral, não seria possível o cálculo, em breve prazo, do custo unitário dos inquéritos realizados pelo sistema de coleta que aquele órgão administra.

Em resumo:

- a) o custo da estatística brasileira, considerando-se que os levantamentos são feitos para atender simultaneamente aos Governos da União, dos Estados e dos Municípios, e razoável, não podendo ser mais baixo, uma vez que os salários do pessoal são reconhecidamente inferiores aqueles que deveriam ser;
- b) as despesas de administração resultam dos compromissos convencionais assumidos, devendo-se ter em vista que o Instituto é o delegatário dos governos compactuantes;
- c) a diminuição das despesas, com a redução do número de Agências Municipais de Estatística, somente será possível mediante a denúncia dos Convenios Nacionais de Estatística Municipal; caso isto ocorra, porém, os Estados se afastarão do sistema do Instituto, pois este ficara prejudicado em seu alcance e compreensão nacional. Como declarou recentemente o diretor do Departamento de Estatística do Espírito Santo, exprimindo ponto de vista que decerto será comum a vários outros, o Estado não tem necessidade do I.B.G.E. para elaborar as estatísticas de que necessita; e poderá assumir os encargos estatísticos sem qualquer despesa especial, visto como a renda da "quota de estatística" (que deixaria de ser arrecadada pelo Instituto) cobrir as despesas com aqueles encargos, no que concerne aos interesses municipais e estaduais;
- d) os cortes feitos nas despesas com formulários preenchidos em triplicata ou com a manutenção de registros básicos para fins estatísticos prejudicarão, no primeiro caso, o cumprimento de compromissos assumidos pelo Instituto e, no segundo, repercutirão desfavoravelmente na qualidade dos resultados estatísticos, tirando-

lhes o caráter de fidelidade que, em muitos casos, vêm adquirindo, com a criação do hábito dos assentamentos, por parte dos informantes;

- e) o Governo da União nada lucrará com a substituição do regime de co-
operação interadministrativa por outro qualquer, pois terá de ins-
tituir, se assim ocorrer, a sua própria rede de coleta, para a
obtenção dos dados de que necessitar, a qual, tendo-se em vista
os padrões de vencimentos do funcionalismo federal, será bastan-
te mais dispendiosa do que a atual infraestrutura do sistema do
Instituto.

3. As Estatísticas Brasileiras são Atrasadas

Procurando justificar a declaração feita em carta ao "Correio da Ma-
nhã", o general Polli Coelho afirmou, entre outras coisas, que julga as estatís-
ticas nacionais "muito aquém das reais necessidades do país", visto como a sua
opinião e que "se faz estatísticas para algum fim prático e não para aumentar o
numero e o volume das publicações oficiais". Daí a razão de ser contra "as es-
tatísticas feitas para museus" ("O Globo", 4/1/52). Esse ponto de vista expri-
me, de acordo com o ofício de s. excia. ao Presidente da República, "convicção
profunda", "categórica".

Em que se baseia, porém, o general Polli Coelho? "No conhecimento
que tenho do modo pelo qual as nossas estatísticas são feitas. (...) O pla-
no geral das estatísticas prevê inqueritos por demais extensos, visando muitas
coisas desnecessárias e esquecendo outras essenciais. É um plano antiquado, que
é executado por pessoal incompetente, na sua maior parte".

Na sessão da Junta Central, anteriormente, s. excia. fôra mais explí-
cito. Da ata consta que, "passando a questão do atraso das estatísticas, decla-
rou que o "Anuário Estatístico do Brasil" publicava uma série de quadros com da-
dos de dois, três e quatro anos atras. Não se referia a trabalhos avulsos e co-
municados, que não tinham, em geral, a devida divulgação. Citou o fato de a Ar-
gentina publicar estatísticas com a maior atualidade, em boletim mensal que ti-
nha em mãos".

O sr. Presidente do Instituto deixou, entretanto, de comunicar aos
seus pares, na Junta, que, na resposta ao "Correio da Manhã", cujo suelto men-
cionava o "Anuario" de 1948, esquecera de referir que o I.B.G.E. já distribuira
os numeros da mesma publicação relativos aos anos de 1949 e 1950, achando-se no
prelo o de 1951. Sobre outros equívocos e omissões, encarregaram-se represen-
tantes ministeriais de suprir os lapsos da s. excia. Da referida ata consta que
"o sr. Rubens Porto lembrou que a Secretaria Geral publicava numeros bastante a-
tualizados no "Boletim Estatístico", reunidos depois, tendo em vista seriação
mais completa, no "Anuario", como ocorre em outros países. O sr. Alberto Mar-
tins disse que o ultimo numero do referido "Boletim", correspondente ao trimes-
tre de julho a setembro de 1951, publicava dados de junho, o que demonstrava ver-
dadeiro record, tendo em vista as peculiaridades do trabalho estatístico no Bra-
sil."

Caberia referir, também, as estatísticas que deixam de ter divulgação
imediate, após concluída a sua apuração, e ficam ao dispor dos interessados, nos
orgaos elaboradores, ou são editadas em pequenas tiragens. A ressalva do gene-
ral Polli Coelho, nesse particular, não pode ser aceita, pois exatamente essa
divulgação extra-"Anuario" é que reflete o grande e permanente esforço das re-
partições responsáveis, no sentido de atualizar os levantamentos estatísticos.

Há outro ponto igualmente não referido à Junta pelo sr. Presidente do
Instituto: o suelto do "Correio da Manhã", que deu origem as suas cartas, não
mencionava (ao contrario do que declarou s. excia. no ofício ao sr. Presidente
da República) o atraso existente na publicação dos resultados do Recenseamento
de 1940; isto não impediu, porém, que s. excia. focalizasse o assunto, inoportu-
namente, para eximir-se de culpa que não lhe havia sido imputada. Entretanto,
a execução daquela operação censitaria, embora atribuida ao I.B.G.E., ficou fô-
ra da alçada do Conselho Nacional de Estatística, por ter sido entregue a um or-
gao com autonomia semelhante, ou seja, a Comissão Censitaria Nacional. Essa Co-

missão, nomeada pelo sr. Presidente da República, era presidida pelo próprio diretor do Serviço Nacional de Recenseamento. Assim, embora integrando o sistema do Instituto, a C.C.N. não era subordinada ao Conselho Nacional de Estatística, nem o seu principal responsável era subordinado a Secretaria Geral. São do conhecimento geral, nos meios ligados à estatística, os esforços infrutíferos desenvolvidos pelos órgãos componentes do C.N.E., no sentido de apressar a publicação dos resultados da operação censitária de 1940, cujo valor, alias, sempre foi reconhecido. Deve-se frisar, ainda, que nenhum funcionário da Secretaria Geral do Conselho ocupou qualquer posto de direção no Recenseamento de 1940. Do C.N.E., apenas os membros da Junta Executiva Central, como vogais da Comissão, tiveram ingerência nas atividades deliberativas censitárias. E a coleta, digase de passagem, processou-se sob a responsabilidade de repartições especialmente criadas para esse fim - as Delegacias Regionais, Seccionais e Municipais -, cujos titulares foram nomeados pelo presidente da C.C.N. ou seus delegados. Se esse esclarecimento fosse prestado, tal como o deveria ter sido, a conclusão seria outra, com o reconhecimento de que a publicação dos resultados completos do Censo de 1940, na forma do plano estabelecido, veio a ter início justamente quando se transferiu a responsabilidade desse encargo a Secretaria Geral do Conselho Nacional de Estatística.

Essa situação deve ser referida, a bem da verdade, tendo-se em vista, principalmente, que o Recenseamento Geral de 1950, "cujos resultados já vem sendo divulgados", como acentuou o sr. Presidente do Instituto na primeira carta ao "Correio da Manhã", teve a sua execução a cargo unicamente da Secretaria Geral do C.N.E. O Secretário Geral e o diretor do Serviço Nacional de Recenseamento. Dos seis postos de direção existentes, cinco foram, até os princípios de janeiro deste ano, ocupados por servidores da Secretaria. A coleta foi inteiramente entregue a responsabilidade de órgãos do sistema, ficando a cargo das Inspetorias Regionais e das Agências Municipais de Estatística; e a sua execução se verificou nas melhores condições de eficiência.

A menos que se admita ausência de informação adequada, o que tornaria ainda mais grave a ligeireza da acusação, é difícil compreender os motivos que teriam levado o sr. Presidente do Instituto a fazer vista grossa quanto aos esforços desenvolvidos para atualizar, tanto quanto possível, os nossos levantamentos estatísticos. De fato, não se pode dizer, em termos tão gerais, que "nos sas estatísticas são atrasadas", quando o último número do "Anuario Estatístico do Brasil", referente ao ano de 1950 (o de 1951 encontra-se em composição gráfica) apresenta, excluídas as tabelas que focalizam aspectos estaveis e levantamentos ocasionais ou divulgam resultados de censos, mais de 70% dos quadros atualizados até o ano de 1949, que é o último de referência. E não se diga que essa atualização, fruto do trabalho de mais de 50 órgãos, alguns não filiados ao I.B.G.E., só beneficia levantamentos inexpressivos ou de menor envergadura. O movimento migratório, a produção extrativa, a produção agrícola, numerosos setores da produção industrial, os meios de transporte, as vias de comunicações, a moeda, o movimento bancário, o movimento das principais bolsas de valores, o comércio exterior, o comércio de cabotagem, as cotações de mercadorias e os preços de gêneros nas mais importantes praças, os salários correntes na indústria e no comércio das capitais, o movimento dos Institutos e Caixas de Aposentadorias e Pensões, o movimento de seguros e capitalização, o movimento das Caixas Econômicas, os aspectos gerais do Ensino Primário, as finanças públicas, - eis alguns dos importantes aspectos investigados pela nossa estatística e atualizados até 1949, no "Anuario" de 1950. O quadro a seguir permite, numericamente, melhor apreciação,

DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE TABELAS DO "ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL" -
ANO XI, POR SITUAÇÃO, SEGUNDO O ANO DE MAIOR ATUALIDADE

SITUAÇÃO	NÚMERO DE TABELAS ATUALIZADAS, COM DADOS					
	até 1949	até 1948	até 1947	até 1946	de outros períodos	Total
Física	6	2	-	-	(1) 7	15
Demográfica	10	-	-	-	(2) 16	26
Econômica	192	31	6	2	(2) 1	232
Sociál	43	21	-	-	-	64
Cultural	10	22	8	27	-	67
Administrativa e Políti ca	69	6	-	-	(3) 7	82
TOTAL	330	82	14	29	31	486

(1) Resultados estáveis. - (2) Resultados dos Recenseamentos Gerais de 1950 ou 1940. - (3) Resultados das eleições de 1950.

É necessário acentuar, mais uma vez, que nem todas as estatísticas brasileiras figuram, atualmente, no "Anuario". Quando o Instituto lançou o volume correspondente a 1936, os conjuntos tabulares nele: insertos representavam, por assim dizer, o balanço das estatísticas nacionais então existentes. Nas edições subsequentes, foi sempre incluída matéria nova, mantido, porém, o mesmo plano de apresentação. Em face da ampliação do campo de investigações e do aprofundamento das pesquisas, tornou-se impossível, entretanto, após o primeiro decênio de existência do C.N.E., continuar a divulgar no "Anuario" os resultados de todos os levantamentos realizados. Em consequência, passou-se a limitar o conjunto das matérias, de acordo com o maior ou menor interesse geral. O confronto entre os primeiros e os últimos números do "Anuario" demonstra, de modo inequívoco, o progresso alcançado na sistematização e atualização dos resultados. Para medir-se o grau de progresso observado na atualização dos dados divulgados, é suficiente lembrar que, excluídos os elementos relativos a aspectos estáveis, levantamentos ocasionais ou resultados censitários, o número XI do "Anuario" contém 72% das tabelas, correspondendo a 70% das páginas, atualizadas até o ano de 1949 (o mais atual), enquanto o número III do "Anuario" - para não referir o anterior, que foi, aliás, o primeiro elaborado e editado sob a responsabilidade do Instituto, após cerca de vinte anos do lançamento do número inicial - apresentava apenas 52% das tabelas, correspondendo a 44% das páginas, com resultados atualizados até o ano de 1936 (o mais atual).

Valeria, ainda, ressaltar o que significa, do ponto de vista do interesse em apressar a divulgação dos resultados estatísticos, o critério adotado nos últimos anos, quanto a publicação parcial do "Anuario", a medida que vão ficando concluídas as suas diferentes partes, ou seja, antes mesmo de completada a impressão total do conjunto. Esse esforço não pode ser ignorado, pois revela a preocupação constante, da parte do Conselho Nacional de Estatística, em reduzir cada vez mais o espaço de tempo entre a data de referência das estatísticas e a sua divulgação nos meios interessados.

Assim é que, entre agosto e outubro de 1950, ficaram concluídas quatro "separatas", que divulgaram, com grande antecipação sobre o número XI do "Anuario", resultados das nossas estatísticas econômicas e financeiras. A importância dessas "separatas" pode ser avaliada pelos respectivos títulos: "Produção agrícola", "Moeda, bolsas e bancos", "Comércio" e "Finanças públicas". Em conjunto, as quatro publicações abrangiam 206 páginas e apresentavam 172 tabelas, 95% das quais ofereciam a maior atualidade possível (1949), sendo de notar que as 8 tabelas que não divulgavam dados referentes a 1949 estavam atualizadas até 1948.

Como decorrência natural do fato de que, entre a distribuição de dois números do "Anuário", dezenas de levantamentos se concluem, muitos dos quais me recem divulgação imediata, a Secretaria Geral do C.N.E. iniciou, em 1943, a publicação do "Boletim Estatístico", de periodicidade trimestral, e que vem apresentando, desde então, com atualidade cada vez maior, coletâneas de elementos valiosos. O último número desse "Boletim", cujo preparo se concluiu em 28 de novembro de 1951, apresentava; no capítulo das "séries resumo", que reúne 85 séries, referentes a aspectos básicos, de significação sintomática para a economia brasileira, 38 com resultados até setembro e 20 com resultados até agosto; no capítulo das "séries discriminativas", mais da metade com atualidade até setembro (75) ou agosto (74), sendo de notar que apenas em 15 das 293 figuravam das anteriores a julho. Se não, veja-se:

DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE SÉRIES DO "BOLETIM ESTATÍSTICO" Nº 36,
POR ASSUNTO, SEGUNDO O MÊS DE MAIOR ATUALIDADE

ASSUNTO	NÚMERO DE SÉRIES ATUALIZADAS, COM DADOS							Total.
	até IX-51	até VIII-51	até VII-51	até VI-51	até V-51	até IV-51	até XII-50	
<u>Séries resumo</u> (1)	38	20	2	9	4	12	-	85
Produção e transportes ..	2	-	-	2	4	6	-	14
Propriedade imobiliária..	3	4	-	2	-	-	-	9
Moeda	6	-	-	2	-	-	-	8
Movimento bancário	3	6	-	3	-	-	-	12
Comércio exterior	-	10	-	-	-	-	-	10
Comércio interno	3	-	2	-	-	6	-	11
Cotações de mercadorias.	9	-	-	-	-	-	-	9
Custo da vida, títulos protestados e finan- ças públicas	12	-	-	-	-	-	-	12
<u>Séries discriminativas</u> ...	75	74	129	9	-	-	6	293
Produção	17	1	1	-	-	-	-	19
Movimento marítimo e tra- fego aereo-comercial...	4	-	-	-	-	-	6	10
Câmbio	10	-	-	-	-	-	-	10
Bolsas de Valores	15	-	-	-	-	-	-	15
Bancos e Caixas Econômi- cas	-	10	2	9	-	-	-	21
Comércio exterior	-	60	88	-	-	-	-	148
Comércio de cabotagem...	-	-	38	-	-	-	-	38
Bolsas de Mercadorias ..	13	-	-	-	-	-	-	13
Custo da vida	11	-	-	-	-	-	-	11
Consumo, falências e con- cordatas	5	3	-	-	-	-	-	8
TOTAL	113	94	131	18	4	12	6	378

(1) Séries acompanhadas de gráficos.

No mesmo número do "Boletim" - acrescenta-se - ao lado de outros resultados atuais, figuram tabelas em que são apresentadas as "taxas de mortalidade geral", "taxas de mortalidade por tuberculose" e "taxas de mortalidade por cancer" nos Municípios das Capitais, no período 1940/50, e resultados da estatística agrícola (área cultivada, rendimento médio, quantidade produzida e valor da

produção) para 29 culturas, até 1951. E é ainda nesse mesmo número, cujo preparo se concluiu, como foi dito, em fins de novembro de 1951, que figuram tabelas referentes aos Municípios das Capitais, atualizadas até setembro do mesmo ano, sobre casamentos, obitos, construções civis, transmissões de imóveis por compra e venda, inscrições hipotecárias, cheques compensados, giro comercial, consumo de energia elétrica, transporte de passageiros em tráfego urbano e suburbano, títulos protestados, arrecadação de imposto de vendas e consignação e da receita municipal ordinária.

Não se pode afirmar, evidentemente, que as nossas estatísticas atingiram o ideal, quanto a sua atualidade. Mas, daí a admitir que sejam, de modo geral, atrasadas, vai uma grande distância. As deficiências principais - entre as quais se incluem as que dizem respeito ao registro civil e aos levantamentos de diversos aspectos da atividade industrial - foram, alias, sempre reconhecidas francamente pelo Conselho Nacional de Estatística e a prova disso pode ser encontrada em numerosas recomendações da Assembleia Geral aos órgãos competentes. Apenas, não chegaram a termo ainda os esforços empregados no sentido de remediar essas deficiências.

Além do que, não parece razoável culpar-se a Secretaria Geral do Conselho Nacional de Estatística pelo atraso, com que os órgãos responsáveis apresentam certas estatísticas, quando esses órgãos não são, administrativamente, subordinados ao Conselho. A falta de recursos, em pessoal e equipamento mecânico, constitui, na maior parte dos casos, o fator determinante desses atrasos. Mal aquinhoados na distribuição das verbas orçamentárias e com deficiência numérica de lotação, órgãos há que não podem realizar todos os seus encargos a inteiro contento, vendo-se, por isso, na contingência de sacrificar certas apurações, para efetuar em tempo útil as mais importantes. Cumpre não esquecer, porém, que a Secretaria Geral tem procurado, por todos os meios ao seu alcance, auxiliar essas repartições, ora colocando servidores a sua disposição, ora proporcionando-lhes auxílio financeiro e, em certas oportunidades, colaborando na execução de suas tarefas.

Não se diga que o fato, embora não deponha contra a Secretaria Geral, demonstra a "incapacidade" do sistema estatístico brasileiro. Este sistema tem como colunas mestras, no plano federal, as repartições centrais subordinadas aos Ministérios da Justiça, Fazenda, Educação, Agricultura e Trabalho, e, no plano regional, os Departamentos Estaduais de Estatística, subordinados aos Governos de cada uma das Unidades Políticas. Embora peças essenciais do "sistema", tais órgãos possuem autonomia administrativa, em relação a ele, e, nos respectivos campos de ação, procuram atender as solicitações dos interesses a que estão mais diretamente vinculados. É lícito admitir a existência, nos quadros do Instituto, de órgãos que ainda não conseguiram alcançar plena eficiência: necessitam de maiores recursos financeiros, melhor equipamento, mais pessoal habilitado. Entretanto, essa circunstância, que nunca se procurou ocultar, não pode, por si só, invalidar o "sistema". Ao contrario. A mútua colaboração que nele se estabelece contribui, exatamente, para reduzir, no conjunto dos resultados, os efeitos da atuação menos eficiente desse ou daquele órgão. E só o balanço das atividades desenvolvidas por todos os órgãos, com o objetivo de verificar o vulto de suas realizações e o progresso alcançado desde a criação do Instituto, e que podera habilitar o observador imparcial, metuculoso e de animo construtivo a ajuizar com segurança do mérito ou da incapacidade do sistema em que se baseia o Conselho Nacional de Estatística.

O estudo do assunto, porém, não deve parar aí. É necessário que verifiquemos, também, o grau de atualização das publicações estrangeiras, para que se forme um juízo, a respeito, com pleno conhecimento de causa.

Se, a exemplo do sr. Presidente do Instituto, tomarmos a Argentina como termo de comparação com o Brasil, quanto a atualização das estatísticas, encontraremos, no "Boletim" das Nações Unidas, elementos de valia, que não confirmam a situação de inferioridade denunciada por s. excia., quanto ao nosso país. Das dezessete series do "Monthly Bulletin of Statistics" em que aparecem dados relativos as duas nações, o Brasil se apresenta em melhor situação em 11 e a Argentina apenas em 3. Eis o resumo:

SÉRIES QUE APRESENTAM DADOS PARA AMBOS OS PAÍSES	DADOS MAIS ATUAIS	
	Brasil	Argentina
Estimativa da população total	1950	1950
Números índices de emprego na indústria	V-1951	XI-1950
Produção de carvão	VI-1951	XII-1950
Produção de petróleo bruto	VI-1951	VII-1951
Produção de gás	VI-1951	XII-1950
Produção de eletricidade	V-1951	XII-1950
Produção de cimento	VI-1951	VIII-1951
Valor das importações	VI-1951	IV-1951
Valor das exportações	VII-1951	IV-1951
Trafego ferroviário	XII-1950	VIII-1950
Meio circulante	VII-1951	VII-1951
Depósitos disponíveis	XII-1950	I-1951
Taxas de rendimento de obrigações do Estado	VIII-1951	VII-1951
Curso de câmbio	IX-1951	IX-1951
Reservas de ouro	IX-1951	VII-1951
Salários na indústria	V-1951	IX-1950
Números índices do custo de vida	(1) VI-1951	(2) III-1951

(1) Cidade de São Paulo. - (2) Cidade de Buenos Aires.

De outra parte, o "Anuário" organizado pelas Nações Unidas mostra que a posição do Brasil, no campo das investigações que interessam as nossas atividades socio-econômico-financeiras, não é menos favorável, quanto à atualidade dos resultados, do que a de numerosos outros países, muitos dos quais possuem maior tradição estatística. Se não vejamos:

CONFRONTO ENTRE A ATUALIDADE DOS DADOS REFERENTES AO BRASIL E AOS
DEMAIS PAÍSES, DE ACÓRDO COM O ÚLTIMO ANUÁRIO DA ONU -
"STATISTICAL YEARBOOK - 1949-50"

ASSUNTOS	NÚMERO DE PAÍSES			
	Estudados	Que apresentam		
		Igual atualização que o	Maior	Menor
População estimada	135	124	-	10
Vida média	41	-	40	-
População economicamente ativa	44	13	15	15
Utilização das terras	143	35	91	16
Índices da produção agrícola	52	50	-	1
População pecuária	78	40	-	37
Pesca	36	4	29	2
Dados estruturais da indústria manu <u>fat</u> reira	45	10	7	27
Produção:				
Amianto	21	4	13	3

ASSUNTOS	NÚMERO DE PAÍSES			
	Estudados	Que apresentam		
		Igual atualização que o	Maior	Menor Brasil
Aço	27	19	-	7
Arroz	47	29	-	17
Algodão em rama	30	26	-	3
Açúcar	52	26	22	3
Bauxita	21	5	13	2
Borracha (produção ou exportação) ...	20	19	-	-
Batata	44	38	-	5
Carvão de pedra	48	42	-	5
Caroço de algodão	35	16	-	18
Cacau (produção ou exportação)	23	2	-	20
Café	31	-	-	30
Carnes	39	32	-	6
Cerveja	63	1	56	5
Calçados	36	-	34	1
Coque	37	18	-	18
Cimento	64	52	-	11
Eletricidade	79	65	-	13
Estanho	19	17	-	1
Ferro gusa e ligas	30	21	-	8
Fumo	41	3	-	37
Farinha de trigo	36	8	22	5
Fios de algodão	39	1	37	-
Fibras de "rayon"	22	21	-	-
Gas	35	25	-	9
Gasolina (carburante)	42	23	-	18
Iã	25	24	-	-
Leite	39	1	37	-
Minério de ferro	40	5	28	6
Minério de manganês	32	8	21	2
Minério de chumbo	36	28	-	7
Minério de cromo	21	18	-	2
Minério de tungstênio	31	20	-	10
Milho	45	15	23	6
Manteiga	24	20	-	3
Manufaturas de fumo (charutos, etc.) ..	58	-	55	2
Madeira	79	30	17	31
Material rodante de ferrovias	20	7	10	2
Nitrogênio	28	8	19	-
Ouro	69	48	-	20
Óleos combustíveis	41	25	-	15
Petroleo bruto	41	31	-	9
Papel de jornal	22	5	8	8
Queijo	24	18	-	5

(cont.)

ASSUNTOS	NÚMERO DE PAÍSES			
	Estudados	Que apresentam		
		Igual atualização que o	Maior	Menor Brasil
Querosene	41	22	-	18
Rayon de fiadura	29	28	-	-
Sal	51	30	-	20
Trigo	49	41	-	7
Tecidos de algodão	42	10	26	5
Tecidos de lã	31	-	30	-
Tijolos para construção	36	-	34	1
Telhas	30	1	26	2
Toros de madeira	43	21	9	12
Vinho	25	18	4	2
Energia elétrica (capacidade instalada)	34	-	31	2
Material rodante ferroviário	66	9	56	-
Transporte ferroviário - Pass./km	60	15	36	8
Transporte ferroviário - Ton./km	68	15	45	7
Traáfego aéreo-comercial:				
Percurso dos vôos	35	6	22	6
Passageiros/km	32	5	22	4
Carga (ton./km)	26	3	21	1
Correio (ton./km)	25	3	20	1
Veículos motorizados em uso	76	16	47	11
Tonelagem da frota mercante	36	34	-	1
Entrada e saída de navios	69	52	-	16
Transporte marítimo de mercadorias (co- mércio exterior)	72	58	-	13
Mercadorias transportadas por via mari- tima (vias internas)	22	16	-	5
Comércio exterior	136	123	-	12
Traáfego postal (movimento de cartas)... ..	71	27	29	14
Edificações	55	42	-	12
Índices do valor do comércio atacadista	10	7	-	2
Preços atacadistas (índices)	61	47	-	13
Custo da vida	83	77	-	5
Câmbio	53	51	-	1
Disponibilidades monetárias	54	48	-	5
Reservas-ouro	56	44	-	11
Crédito do Banco Central e de outros ban- cos	53	46	-	6
Rendimento real de obrigações do Estado	27	23	-	3
Balança de pagamento	57	33	21	2
Rádiodifusão - Estações transmissoras..	45	9	34	1
Seguro social (contribuintes)	35	6	28	-
Dívida pública	38	13	22	2
Prédios existentes	38	6	25	5

(concl.)

ASSUNTOS	NÚMERO DE PAÍSES			
	Estudados	Que apresentam		
		Igual atualização que	Maior que o	Menor Brasil
Pessoal médico e leitos em hospitais ..	106	2	102	1
Analfabetismo	45	13	11	21
Estabelecimentos de ensino	129	73	9	46
Consumo de papel de jornal	60	57	-	2
Jornais diários	63	33	18	11

NOTA - No que se relaciona à produção agrícola, com exceção do trigo, os dados estatísticos dos países cujas colheitas se realizam no primeiro semestre do ano são indicações como pertencendo ao ano anterior, para facilidade de comparação com os países onde no segundo semestre e que se verificam as colheitas; assim, os dados relativos ao Brasil são sempre referentes ao ano posterior ao indicado no "Statistical Yearbook".

Concluído o exame quanto às estatísticas permanentes, já é tempo de voltarmos a focalizar o aspecto censitário. A esse respeito, caberia dizer que a "Sinopse Preliminar do Censo Demográfico" foi divulgada nove meses após a data de referência do mesmo Censo, representando um avanço significativo sobre o prazo de vinte e um meses, em que foi entregue a circulação o volume correspondente, do Censo de 1940. As "Seleções dos principais dados", do mesmo Censo de 1950, contendo tabelas de interesse geral, obedeceram, em seu preparo, a mesma preocupação, acima referida, de fornecer a administração pública e aos demais interessados, sem prejuízo da rigorosa crítica a que são submetidas as informações coletadas, resultados que possam servir ao maior número de pessoas, dentro do menor prazo. Quatorze meses após o início da coleta dos boletins censitários, efetuou o S.N.R. a divulgação dos primeiros resultados definitivos do Censo Demográfico. Iniciada a série, em setembro de 1951, com o volume referente ao Distrito Federal, sucederam-se, a breves intervalos, os volumes relativos aos Estados do Espírito Santo, Sergipe, Rio de Janeiro e Rio Grande do Norte, ainda em 1951.

Todo o programa de trabalho do Serviço Nacional de Recenseamento, inclusive quanto aos demais Censos, atende a esse mesmo empenho de presteza na divulgação dos resultados. E o ritmo em que vinham sendo lançadas as publicações já nos deixava tranquilos, quanto ao fiel cumprimento, por parte dos responsáveis pela operação censitária de 1950, dos preceitos legais que disciplinam a matéria.

Sumariando:

- a) existem estatísticas brasileiras em atraso, mas a classificação de atrasadas não pode ser aplicada, em caráter geral, aos resultados que se divulgam e que, em sua maioria, apresentam satisfatório grau de atualidade;
- b) a atualização das estatísticas brasileiras não depende, apenas, da atuação e da eficiência dos órgãos estatísticos, embora, graças a estes, se tenha conseguido melhorar bastante as condições vigentes; e um problema que só pode ser resolvido plenamente com a elevação do nível cultural das populações e a formação de uma mentalidade mais favorável tanto a coleta de dados como a utilização dos resultados;
- c) o retardamento da conclusão de certos inquéritos é causado, em grande parte, pela deficiência de recursos e falta de pessoal com que lutam algumas repartições;

- d) veem sendo desenvolvidos pela Secretaria Geral do C.N.E. e pelos demais órgãos do sistema todos os esforços possíveis para entregar, dentro do menor prazo, ao público consumidor de estatísticas, os resultados coligidos, podendo referir-se, nesse particular, ao lado do "Anuario Estatístico" e suas separatas, e do "Boletim Estatístico", as publicações periódicas distribuídas por órgãos estatísticos federais e estaduais; além disso, devem ser considerados disponíveis para o público os resultados obtidos pelas repartições especializadas e que, por quaisquer motivos, não são divulgados;
- e) evitando levantamentos paralelos, auxiliando órgãos regionais e federais, organizando e dirigindo a rede de Agências Municipais, tem o C.N.E. propiciado aos órgãos incumbidos de efetuar as apurações meios e elementos que lhes permitiram, pouco a pouco, mas com segurança, melhorar continuamente a "atualidade" de nossas estatísticas;
- f) a posição da estatística brasileira, no quadro internacional, graças ao regime de cooperação interadministrativa a que obedece o sistema do Instituto, e o progresso alcançado nos últimos quinze anos, constituem desmentido frontal a afirmação genérica, injusta e infundada de que "nossas estatísticas são atrasadas";
- g) o confronto entre a situação de nossas estatísticas, antes e depois do I.B.G.E., quanto a sua atualidade, amplitude dos campos investigados e divulgação sistematizada dos resultados, demonstra como tem sido profíqua a ação desenvolvida pelos órgãos do sistema, sob a coordenação do Conselho Nacional de Estatística.

4. As Estatísticas Brasileiras são de Duvidosa Precisão

A afirmativa constante do subtítulo acima, feita nas cartas do sr. Presidente do I.B.G.E. ao "Correio da Manhã", também foi renovada em entrevistas a jornais e no ofício ao sr. Presidente da República, embora o autor tivesse ressaltado que, "ao citar isso, nunca saiu (sai) do plano superior que consiste em encarar o problema independentemente dos homens que nele trabalham" ("Tribuna da Imprensa", 5/I/52). Segundo informou, ainda, s. excia. a "Tribuna da Imprensa", ao dizer que "as estatísticas eram inexatas e falhas", baseou-se "não só em observações próprias, mas em numerosas apreciações que há sete meses vem (venho) ouvindo em diversas partes do Brasil e de pessoas que lhe (m) merecem a maior confiança". "O sistema brasileiro" - são expressões suas - "é de uma contagem completa permanente, feita por um sistema de agências municipais cujo número sobe a mais de 1 800, e que, dadas a extensão do país e a exiguidade dos vencimentos dos agentes, funcionam muito precariamente, sendo essa precariedade a causa das inexatidões a que me referi" ("Tribuna da Imprensa", 5/I/52). No ofício ao sr. Presidente da República, a "duvidosa precisão" das nossas estatísticas foi também colocada entre os pontos a respeito dos quais o atual presidente do Instituto possui "convicção profunda" e "categórica": há "uma grande infidelidade em tudo ou quase tudo o que daí resulta e é levado ao conhecimento da Nação". Na sessão da Junta Central do C.N.E., o general Polli Coelho reafirmou que "falta precisão aos elementos numéricos que divulgamos". Nessa reunião, s. excia. ressaltou "saber que em nenhuma parte do mundo a estatística pode alcançar a precisão ideal", admitindo ainda que "tem sido evidente o aperfeiçoamento técnico na aquele terreno, tornando possível a aplicação, cada vez maior, da estatística nos vários campos da pesquisa científica. No Brasil ainda se fazem muitas estimativas, como no caso das estimativas agrícolas, cujos resultados têm sido criticados até por homens do interior, conhecedores das realidades rurais".

Tais afirmativas, porém, representam apenas o que o sr. Presidente do Instituto pensa a respeito, após exercer o cargo durante sete meses. De acordo com esclarecimentos por s. excia. prestados à Junta (reunião de 4/I/52), o assunto não lhe havia interessado antes, pois "ao seu espírito não eram gratas as preocupações com os problemas da estatística". Quanto aos seus informantes, re conheçamos que não lhes basta pôr em dúvida o resultado do trabalho de tantos profissionais, sem nenhuma prova, para que devam ser aceitas as críticas formuladas.

Não é lícito admitir que o fato de proceder-se a "contagem completa permanente, feita por um sistema de agências municipais cujo numero sobe a mais de 1 800", seja, em si mesmo, causa para imprecisão. Nesse caso, chegaríamos a absurda conclusão de que, a medida que aumenta o numero de recenseadores, piora a qualidade dos dados obtidos. Que dizer, então, do resultado do trabalho de mais de quarenta mil recenseadores, no Censo Demográfico de 1950? O contrario, entretanto, é que deve acontecer. A medida que se reduz a area de coleta, a in formação tende a ser mais fiel. A extensão do país seria antes argumento para justificar o maior numero de orgaos coletores de dados.

Não obstante o juízo do sr. Presidente do Instituto a respeito da rede de Agências de Estatística (em desacordo, alias, com outros pronunciamentos de s. excia.), dificilmente se poderia estabelecer uma organização que contasse com maiores fatores para realizar trabalho digno de fe.

Os Agentes de Estatística, em sua grande maioria, foram selecionados mediante prova publica de capacidade e grande parte deles exerce o cargo, no mesmo Município, por mais de cinco anos. Os criterios de seleção foram convenientemente estudados por técnicos no assunto e os concursos se realizaram em um clima de absoluta confiança. Depois de admitidos, esses Agentes fazem estagio na Inspeção Regional e no Departamento de Estatística da respectiva Unidade da Federação, por prazo variavel segundo a importância do Município e os conhecimentos do candidato. Nas Agências, alem dos esclarecimentos relativos a cada inquerito, recebem, permanentemente, instruções dos orgaos superiores sobre o trabalho que lhes cumpre realizar. Alem disso, Agentes Modelos e Itinerantes transmitem aos responsaveis pela coleta municipal ensinamentos especializados, com base, sobretudo, nas observações quanto as atividades de cada um.

O trabalho dos Agentes é submetido a permanente critica e controle. Assim, alem da primeira revisao, que é por ele mesmo executada, os questionarios preenchidos sofrem o exame da Agência Modelo e passam, a seguir, a Inspeção Regional, onde é realizada cuidadosa critica formal dos elementos fornecidos. Esclarecimentos são solicitados ao Agente, se for o caso, antes do encaminhamento do instrumento de coleta aos orgaos estadual e federal interessados. Nestes é realizada nova critica, que compreende os dados do questionario, não só em suas diversas relações, mas também em comparação com outros elementos - informes de anos anteriores, coeficientes teoricos, resultados referentes a outros países e Municípios, etc. - de que disponham as repartições. Parece fora de duvida que, se ha falhas com esses controles, dificilmente se estabeleceria outra organização cujo trabalho pudesse merecer maior confiança.

Em relação a esse topico da critica do general Polli Coelho - indiscutivelmente o de maior gravidade, por isso que abrange todas as estatísticas nacionais -), deve ser ponderada, também, a circunstancia de não haver a estatística brasileira, ate agora, sofrido tal acusação. E, no entanto, são os dados fornecidos pelo sistema do Instituto que vem servindo de base aos mais importantes estudos realizados no país. Como é obvio, se falhas graves houvesse, os especialistas que utilizam as estatísticas brasileiras já as teriam denunciado.

Resumindo, teremos:

- a) as acusações quanto a falta de precisão das estatísticas brasileiras carecem de comprovação, não encontrando apoio em documentação idonea; não passam de suposições, sem base que mereça fe;
- b) as publicações do Instituto e dos orgaos filiados são distribuídas largamente, não tendo merecido, ate o momento, qualquer restrição fundamentada, feita por orgaos ou entidades competentes, aos resultados que contem, no tocante a dados de ambito nacional, regional ou municipal;
- c) os criterios e normas de trabalho adotados para o funcionamento das Agências asseguram a atuação desses orgaos uma eficiência que dificilmente poderia ser alcançada de outra maneira, colocando as pesquisas a seu cargo sob um rígido sistema de verificação e controle, o qual vai sendo progressivamente aperfeiçoado, com base na-experiencia obtida.

5. O I.B.G.E. Fracassou no Desempenho da sua Missão

O sr. Presidente do Instituto não foi menos rigoroso do que na apreciação das nossas estatísticas, ao condenar - embora contrariando numerosos outros pronunciamentos seus - a obra da instituição cujos destinos o Governo lhe confiou. Em sua opinião, deve ser ela "uma coisa útil ao Brasil" e não um "suplemento aparatoso" cuja orientação deve ser modificada, pois "basta de mentiras e de fantasias" ("Correio da Manhã", 30/XII/52). Em discurso proferido perante os servidores da Secretaria Geral do C.N.E., manifestou que "as estatísticas que estamos produzindo não se ajustam bem aos requisitos que deveriam ter, para corresponderem as necessidades do Brasil". E, posteriormente, em entrevista a "O Globo" (4/I/52), anunciou que transformaria "esta catedral aparatoso", o I.B.G.E., "numa repartição útil ao país".

Nunca o dirigente de uma instituição terá sido mais rigoroso no julgamento dessa própria instituição: "há falhas no I.B.G.E., grandes falhas e todo o país sabe disso" ("Ultima Hora", 8/I/52; "precisamos de estatísticas que nos ajudem a prever o futuro e não o passado" ("O Globo", 8/I/52); "se não tiveram a coragem de confessar à Nação que fazem estatística cara e morosa, eu o faço porque vim aqui para trabalhar e para servir ao Governo" ("O Globo", idem). Tal convicção chega a impressionar os menos cautos.

Em que se alicerçam as acusações, porém? Examinemo-lo.

Primeiro, na legislação: "a legislação em vigor corresponde a um plano antiquado de trabalhos" ("Tribuna da Imprensa", 5/I/52). É curioso que seja a legislação estatística brasileira, que consubstancia experiência das mais arrojadas até hoje realizadas no mundo, nesse campo, acinada de retrograda. Enquanto o atual presidente do Instituto assim a considera, técnicos da repartição de estatística da Organização das Nações Unidas ainda recentemente a recomendaram, com ligeiras modificações, como a solução mais indicada para difíceis problemas encontrados em determinados países da América; enquanto e assim desmerecida, depois de exame perfunctório, representantes estrangeiros presentes à I Sessão do Comitê de Aperfeiçoamento das Estatísticas Nacionais, reunido em Washington, em 1951, solicitavam do Instituto Inter-Americano de Estatística que a organização que ela estrutura fosse tratada em todos os seus pormenores, nos documentos de trabalho sobre coordenação estatística, a serem discutidos na próxima sessão do mesmo Comitê; julgada antiquada, nela se encontram, entretanto, explicitamente previstos, todos os requisitos sugeridos, em meados de 1951, por aquele Comitê, como aconselháveis para o bom funcionamento de órgãos estatísticos; assim condenada no país, mereceu, todavia, a alta consagração de ser, no VIII Congresso Científico Americano, reunido nos Estados Unidos em maio de 1940, objeto de referências especiais, tendo aquele Congresso, depois de reconhecer que "a planificação e a coordenação das atividades estatísticas, nos países democráticos que possuem forma de governo federal e organização descentralizada do serviço estatístico, constituem tarefas de peculiar dificuldade", louvado a "Nação brasileira pelo impressionante desenvolvimento de sua notável organização de planejamento e coordenação da estatística nacional".

A segunda razão apontada pelo sr. Presidente do Instituto é a da preponderância de elementos incapazes em nossos quadros. "Essa gente" - afirma, referindo-se aos demissionários - "antes de abrir a boca, deveria abrir os livros e procurar aprender como se fazem inqueritos estatísticos" ("O Globo", 14/I/52). E, depois, no ofício ao sr. Presidente da República: "Não se pode mais, hoje, fazer estatística com gente que não tem preparo suficiente para lidar com os métodos estatísticos de interpretação de fatos sujeitos a pesquisas. (...) O I.B.G.E. é, assim, um instituto técnico que, não somente não tem técnicos, mas que reage furiosamente (...) contra uma reforma que apenas anunciei como devendo ter fundamentos técnicos". Entretanto, o próprio sr. Presidente do Instituto, em litígio consigo mesmo, afirmara poucos dias antes:

- a) "não desejo nem tenho base para condenar a ação dos funcionários quaisquer, cuja atividade, disciplina e espírito de colaboração tenho por vezes elogiado" ("Tribuna da Imprensa", 5/I/52);
- b) "contó, dentro e fora do I.B.G.E., com elemento humano de primeira ordem para modernizar e para tornar eficiente a nossa estatística" (idem);

- c) "o I.B.G.E., que é uma excelente escola, conta com a colaboração de numerosos funcionários perfeitamente a altura de substituir os que pediram exoneração. É até uma excelente oportunidade que se tem de promover a renovação de valores, dando oportunidade a muitos de demonstrarem suas aptidões" ("O Jornal", 8/I/52).

Além disso, deve-se observar que a maneira por que o sr. Presidente do Instituto se refere a inexistência de técnicos, na entidade que dirige, demonstra não estar s. excia. a par das tarefas normalmente executadas em repartições de estatística. Se o general Polli Coelho possuísse uma noção segura a esse respeito, saberia que os conhecimentos aprofundados de Matemática, que tanto encaixote, não são assim tão necessários como se lhe afiguram. Há necessidade, com efeito, de distinguir, entre o pessoal que trabalha nas repartições de estatística, pelo menos os dois grandes grupos dos estatísticos administrativos e dos estatísticos científicos. Enquanto os primeiros produzem estatísticas, os segundos são, antes de tudo, consumidores de estatísticas.

O estatístico científico, pelo menos no domínio das ciências sociais, em geral não é um preparador nem um realizador de levantamentos estatísticos: é apenas um analisador dos resultados de pesquisas executadas. É evidente que a mais profunda e perfeita preparação técnica não basta para tornar o estatístico científico um bom executor de tarefas para cuja realização se exigem conhecimento dos homens, capacidade de comando, aptidão para a coordenação de esforços e recursos, etc. Já o estatístico administrativo deve possuir essas qualificações, a fim de que, em funções de direção ou como executor, possa efetuar levantamentos estatísticos, desde a fase de coleta à de divulgação. Nessas condições, de sejar que o Agente de Estatística ou o Estatístico-Auxiliar sejam técnicos estatísticos, na acepção correta do termo, constitui absoluto desconhecimento das atribuições que competem a tais servidores.

Entretanto, o sr. Presidente acusa o Instituto quando afirma que "se equipara a um grande hospital, onde não ha medicos, enfermeiras, nem medicamentos em quantidade suficiente para fazê-lo funcionar" ("O Globo", 4/I/52); embora quatro dias depois admita que a saída de mais de sessenta demissionarios, que ocupavam cargos de chefia de responsabilidade variada, não provocara colapso nem ao menos determinara solução de continuidade nos serviços do órgão que dirige ("O Jornal", 8/I/52).

Qual o melhor testemunho em favor do pessoal do I.B.G.E.: o que é transmitido a imprensa por alguém que se dedicou a assuntos estatísticos "ultimamente, por dever de officio" (declaração do general Polli Coelho, constante da ata da reunião da J.E.C., 4/I/52), ou os que tem vindo ao Instituto, procedentes de organizações especializadas, sobre os funcionarios em estágio fora do país? Será apenas por motivo de injunções pessoais que um assíduo colaborador do Instituto é feito membro da Comissão de População da Organização das Nações Unidas e, posteriormente, guindado a sua vice-presidência? ou que estatísticos brasileiros, em numero expressivo, são eleitos membros de prestigiosas organizações internacionais, como o Instituto Internacional de Estatística e o Instituto Interamericano de Estatística? Terá sido por "amor a mentira agradável" que o Instituto Interamericano de Estatística solicitou a cessão de um servidor, do sistema estatístico brasileiro para colaborar, nas altas funções de secretario do respectivo Comité, no Censo das Americas de 1950? Será apenas como testemunho de boa vizinhança que servidor demissionario, tão logo ultrapassa as nossas fronteiras a notícia da crise do I.B.G.E., recebe proposta radiografica da Repartição de Estatística das Nações Unidas, em que se estabelecem vantajosas condições, para ir colaborar nos trabalhos censitarios de outros países? Será por simples cortezia internacional que países latino-americanos insistem no convite para que tecnicos brasileiros vão prestar colaboração aos respectivos serviços estatísticos? ou que é o Brasil escolhido para sede de centros de treinamento no campo da estatística, tal como ainda no ano passado ocorreu, com a realização, no Rio de Janeiro, do Seminario de Apuração Mecânica, levado a efeito em agosto de 1951, sob os auspícios da ONU e do I.B.G.E., e cujos professores eram, em sua maioria, brasileiros? Será por temor a "verdade desagradável" que

* Já estava concluído o presente trabalho quando a Organização dos Estados Americanos, que mandara tecnicos altamente credenciados examinar a estrutura e o funcionamento do sistema do Instituto, escolheu o Brasil, em concorrência com outras nações americanas, para sede de um Centro de Treinamento de Estatísticas Economicas e Financeiras, destinado a profissionais de todo o Continente.

o sr. Presidente do Instituto, em ofício ao sr. Presidente da República, três linhas depois de negar a existência de técnicos no I.B.G.E., se vale da opinião de um dos técnicos que encontrou no próprio órgão, para apoiar as ideias que espousa?

Qual a outra razão do fracasso do I.B.G.E.? O sr. Presidente diz: "É preciso acabar com os grupos, com as oligarquias, uma das quais aqui existia" ("O Globo", 4/I/52). Que considerara s. excia. como "oligarquia"? Se tivermos em vista o conceito de Carl Friedrich, na "Encyclopaedia of the Social Sciences", será o "sistema jurídico e social para o fim de uma distribuição desigual da riqueza e, mais particularmente, para a conservação de tal desigualdade, quando a riqueza total da comunidade está declinando". O I.B.G.E., no caso, seria a comunidade. A oligarquia, o grupo que, com a dignidade profissional atingida, preferiu conservar-se fiel aos princípios que o congregaram e orientaram no exercício das missões que lhe foram confiadas, a participar da negação da própria obra, colaborando com os que pretendem a sua destruição, através de reformas radicais.

Se o objetivo da acusação, porém, é caracterizar um regime de favoritismo pessoal, ainda mais precaria ha de mostrar-se a sua consistência. Com efeito, As escalas de salários adotadas pelo Conselho Nacional de Estatística são, praticamente, as mesmas que vigoram no serviço público federal. Embora, em diferentes oportunidades, haja reconhecido a necessidade da elevação do nível da carreira de Estatístico, de maneira a poder fixar melhor os valores humanos, o Conselho nunca se antecipou a providência pleiteada do Governo, como criterio geral, apesar de poder fazê-lo, dada a sua condição jurídica no conjunto de nossas entidades administrativas. Dos atuais demissionários - inclusive aqueles que atingiram os postos mais elevados na administração do C.N.E., tendo a este dedicado, na maioria dos casos, mais de doze anos de serviços - nenhum chega a ter, em seus cargos efetivos, salário superior a Cr\$ 6.200,00. Deixando agora, espontaneamente, os postos de confiança que ocupavam, voltarão a ter, em alguns casos, vencimentos de níveis inferiores às suas necessidades de subsistência. Noutros casos, nada terão, pois não ocupam funções permanentes, nos quadros do Conselho. Durante anos de trabalho na instituição, dando-lhe o melhor de sua dedicação e entusiasmo, não se preocuparam em criar situações pessoais vantajosas, como talvez se pretenda insinuar.

Em que outro argumento baseia o sr. Presidente a sua acusação, quanto ao fracasso do Instituto? Na resistência às inovações, uma vez que "muitos não se conformam com o fato de ter de sofrer modificações o que eles supõem ser a última maravilha em matéria de estatística" ("O Globo", 4/I/52). Ainda aí, entretanto, não se apoia em razões justas. Como o declararam os próprios demissionários, na carta que dirigiram aos seus colegas, diretores dos Departamentos Estaduais de Estatística e Inspectores Regionais de Estatística, para dar-lhes conhecimento da resolução assentada, são eles "os primeiros a reconhecer que o problema estatístico, no Brasil, não está inteiramente resolvido, necessitando ainda os nossos levantamentos de constantes aperfeiçoamentos que, como é fácil de sentir, só poderão ser alcançados, no seio da Federação Brasileira, através de um esforço honesto e sem solução de continuidade. A situação em que hoje nos encontramos esta, sem dúvida, longe da que devemos atingir e em busca da qual vimos trabalhando incansavelmente, estimulados pela própria noção dos obstáculos transpostos". Esses demissionários, contudo, acham que "é preciso reconhecer, a bem da verdade e da justiça, que grande avanço foi realizado em relação a situação em que nos encontrávamos há quinze anos, quando surgiu o Instituto. Assim pensando, não acreditam que, fora das linhas mestras do nosso sistema, fruto de amargas experiências fracassadas anteriormente, seja possível a conquista da melhoria pretendida. Esta dificilmente será atingida de um salto, em milagres de improvisação, mas apenas pelo caminho do trabalho permanente, pelo aproveitamento da lição dos erros cometidos, que é, exatamente, o que o Instituto vem fazendo".

O que há, realmente, não é o temor de novos processos. É a consciência de que, em um país da extensão do nosso, onde os obstáculos a vencer se revestem de tanta complexidade, o risco das inovações deve ser cuidadosamente avaliado. "Nossas estatísticas sempre foram orientadas segundo os interesses do país; não representam uma pura imitação do que se faz no estrangeiro, mas possuem um cunho nacional, inspirando-se na adaptação do que há de melhor nos métodos e técnicas as condições aqui existentes. Os cursos de especialização em que se aperfeiçoaram muitos dos nossos melhores técnicos não produziram simples imitadores, mas profissionais aptos a utilizar, no bom sentido, o que seja adequado ao

meio brasileiro" (carta dirigida pelos demissionários a Álvaro Moreyra, 14/I/52). O que não parece adequado aos servidores demissionários e tentar a aplicação, em profundidade, de processos novos, sem a necessária ponderação e com o sacrifício de uma experiência de quinze anos, já consagrada por êxitos satisfatórios.

Finalmente, considera o sr. Presidente do Instituto, conforme declarou a Junta, não ser da atribuição da entidade a obra de penetração cultural que vem realizando. Essa opinião, contestou-a o representante do Ministério da Agricultura, dr. Raul Lima, na própria reunião em que foi expandida, ressaltando que, "para formar um ambiente de receptividade no seio da opinião pública, o Instituto não poderia prescindir daquele trabalho de preparação cultural" (ata da reunião de 4/I/52). E preciso reconhecer, também, que todas as campanhas do Instituto, fora do campo estritamente estatístico, resultaram em benefício da própria estatística, ou porque contribuísem para o seu prestígio, ou porque favorecessem os levantamentos a seu cargo. Quem negara, em sua consciência, a importância de iniciativas sem caráter rigorosamente estatístico, mas que foram defendidas pelo Conselho Nacional de Estatística, tais como a da racionalização, segundo critérios rígidos, da divisão territorial - administrativa do país; a da normalização do registro da propriedade imóvel; a da efetivação da obrigatoriedade do sistema métrico decimal; a do estabelecimento de normas uniformes nas declarações do imposto territorial; a da organização de cadastros prediais-domiciliares; a da padronização da contabilidade municipal; a da adoção do Esperanto como língua auxiliar, de uso internacional? Nenhuma dessas iniciativas - dir-se-a - pode ser enquadrada, a rigor, dentro do programa de um órgão estatístico. Nenhum organismo estatístico nos Estados Unidos, por exemplo, consideraria de sua atribuição lutar pela sistematização da divisão territorial-administrativa ou pelo uso do sistema métrico decimal. Poder-se-a, porém, sem caolhismo, negar os excelentes resultados de tais iniciativas? Não reverteram eles em favor da própria estatística?

Para findar este capítulo, examinemos uma última acusação, constante do ofício dirigido pelo sr. Presidente do I.B.G.E. ao sr. Presidente da República. Diz respeito aos alunos das Faculdades de Filosofia, "que estudam estatística (...) como complemento de seus estudos matemáticos", alunos esses que "encontram portas fechadas nos serviços estatísticos do Brasil, onde o que se quer, parece, e apenas distribuir empregos, sinecuras, a protegidos, a parentes, a amigos".

Verdade? Não. Prestigiando a instituição do sistema do mérito no serviço público brasileiro, o Instituto fechou as suas portas, apenas, aqueles que desejaram nele ingressar sem a competência necessária. A admissão em seus quadros está condicionada, tão somente, à prestação de provas públicas de seleção em que não prevalecem critérios pessoais ou injunções de grupos. E ainda estão na memória de todos, porque realizadas há menos de dois anos, as provas de habilitação para a função temporária de recenseador, em todo o Brasil, e para as funções de recenseador, auxiliar censitário e perfuradora, no Distrito Federal. So a estas últimas concorreram mais de trinta mil candidatos, sendo a seleção feita sob a orientação do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, por solicitação do I.B.G.E. Mais fácil seria, - ninguém o negara - atender a quantos solicitaram, por meio de cartas, em número superior a quatro mil, o aproveitamento de parentes, amigos e correligionários políticos. Entretanto, preferiu a direção do Instituto facultar a todos os candidatos a competição do mérito, o que deu aos serviços censitários uma autoridade moral reconhecida, unanimemente, nos círculos de opinião.

Ve-se que, também nesse particular - ampliação do quadro de profissionais de estatística, mediante a conquista de elementos de nível cultural mais elevado - o Instituto não falhou ao desempenho de sua missão; como não falhou sob tantos outros aspectos de sua atuação, consagrada pelos espontâneos e insuspeitos pronunciamentos de assembleias e congressos da maior significação na vida do país; como não falhou, inclusive, na colaboração aos órgãos da segurança nacional, conforme o reconheceu o próprio chefe do Estado Maior do Exército, general Álvaro Fiuza de Castro, ao assinalar, em referência às Seções de Estatística Militar,

"que o êxito de tal empreendimento, que tão grande ajuda tem trazido aos trabalhos relativos a Segurança Nacional, se deve, fundamentalmente, a eficiência dos serviços estatísticos municipais, organiza-

dos e administrados pelo I.B.G.E., nos termos dos Convênios Nacionais de Estatística Municipal, celebrados em 1942" (ofício-circular aos Governadores dos Estados).

6. As Razões dos Pedidos de Exoneração

A atitude assumida pelos servidores do Conselho Nacional de Estatística, exonerando-se dos cargos de confiança que vinham exercendo, foi apreciada, por parte do sr. Presidente do Instituto, de maneiras diferentes. A princípio (entrevista a "Tribuna da Imprensa", 4/I/52), pareceu-lhe que "o movimento estava de ha muito combinado" e resultaria do fato de os demissionários terem outros candidatos a presidência do I.B.G.E. e se haverem decepcionado com a nomeação do antigo diretor do Serviço Geografico do Exercito. "Todavia, se aquietaram pensando que me poderiam controlar". S. excia. admitia, porem, outra hipótese: "Atribuo as minhas palavras de que iria promover a formação de um grupo maior de tecnicos, os melindres suscitados. (...) Acho que a palavra "tecnicos" esta mal empregada. O que eu anunciei no meu discurso e pretendo fazer e formar tecnicos de verdade".

No mesmo dia, para outro jornal, declarava o sr. Presidente do Instituto que o movimento de reação contra as suas declarações fora apenas a expressão de interesses prejudicados, pois, "como sempre acontece, quando alguém diz a verdade sobre alguma coisa que ja esta funcionando ha muitos anos e que ja apresenta vícios e insuficiência, levanta-se a voz do interesse para protestar e tentar defender a sua cidadela" ("O Globo", 4/I/52). Posteriormente, acrescentaria que "muitos dos demissionarios foram arrastados por principios, a soli citar demissao dos seus cargos" ("O Globo", 7/I/52).

Recapitulemos os fatos, em face dessas afirmações. Todo o pessoal do Instituto, de inicio, ficara em expectativa quanto a escolha de seu novo Presidente. O Embaixador Jose Carlos de Macedo Soares solicitara exoneração ao fim do governo Dutra e o dr. M. A. Teixeira de Freitas não pudera aceitar o convite que-lhe dirigira o novo governo, para ocupar o cargo. Nomeado o general Polli Coelho, foram-lhe presentes; como era natural, os pedidos de exoneração de quantos ocupavam postos de confiança. Convidados, porem, a continuar nesses postos, não se verificou uma unica recusa: todos manifestaram os melhores propósitos de colaboração. Não houve, assim, como quis fazer supor o sr. Presidente do Instituto, contrariedade pela sua nomeação, ou qualquer movimento de hostilidade e despreço a sua pessoa. Ao contrario. Dezenas de fatos poderiam ser referidos, capazes de atestar o ambiente de simpatia e boa vontade que se procurou criar, desde logo, em torno da figura do novo presidente. Basta ver, por exemplo, a maneira por que s. excia. foi recebido em todos os Estados que visitou e o papel que tiveram, nas homenagens a ele tributadas, os Inspetores e auxiliares de Inspetorias, atentos as instruções recebidas da Secretaria Geral; basta lembrar a iniciativa - sem precedentes na historia do Instituto - do almoço de homenagem e confraternização, realizado no Serviço Grafico da entidade, na data aniversaria de s. excia., com a participação dos membros do Directorio Central do C.N.G. e da Junta Central do C.N.E., bem como dos principais chefes das Secretarias Gerais de ambos os Conselhos. Como é possivel, entao, falar em hostilidade e despreço?! Bem ao contrario! os antigos servidores do Instituto, os principais auxiliares de seus primeiros dirigentes, abriram ao general Polli Coelho um largo credito de confiança e simpatia, ao qual s. excia. - negando a sua obra e pretendendo reformar de modo radical a organização de que se orgulham - não soube, infelizmente, corresponder.

A reação verificada também não resultou do propósito, em que estaria o general Polli Coelho, de formar novos tecnicos. Seria absurdo admitir isso, sendo, como se sabe, evidente a necessidade de pessoal habilitado e generalizado o desejo de aumentar os nossos quadros tecnicos. Esse ponto, ja esclarecido, alias, pelo sr. Waldemar Lopes, ex-secretario geral do C.N.E., em seu discurso de 31 de dezembro de 1951 - primeira manifestação publica dos pontos de vista dos servidores do Instituto, em discordancia com os do sr. Presidente - foi focalizado, também, pelos srs. Tulo Hostilio Montenegro, ex-diretor da Divisao Tecnica do Serviço Nacional de Recenseamento, e Joao de Mesquita Lara, ex-consultor juridico, na sessão da Junta Executiva Central do C.N.E., em 4 de janeiro, conforme se verifica da ata respectiva. O primeiro, reportando-se a uma

afirmação do sr. Presidente, "esclareceu que a renúncia dos servidores que se encontravam em cargos de confiança não decorria do plano de formação de novos técnicos para ampliação do quadro existente, o que todos consideraram sempre medida necessária, mas da discordância da ideia de uma reforma radical do sistema estatístico nacional". O segundo, "que declarou desejar prestar um esclarecimento, em nome dos servidores demissionários, acentuou que era com viva emoção que o fazia, justamente por ser o primeiro funcionário contratado pelo Instituto, quando de sua fundação. Declarou que aqueles servidores, tendo colaborado na obra da estatística brasileira, para levá-la a situação de prestígio em que se encontra, se sentiram magoados, em sua sensibilidade profissional, com as referências feitas pelo sr. Presidente nas cartas ao "Correio da Manhã". E como se anunciava uma completa reforma do sistema, resolveram por nas mãos do sr. Presidente os postos de confiança no exercício dos quais se encontravam". Verificase, portanto, que o sr. Presidente do Instituto, ao repetir, no dia 9 de janeiro, na sede do Serviço Nacional de Recenseamento, a afirmativa de que a reação era apenas um movimento de defesa de interesses pessoais, já estava perfeita e oficialmente esclarecido sobre os verdadeiros motivos que haviam dado lugar aquela reação. E nada mais aceitável, mais coerente, mais natural do que pedir alguém exoneração de funções de confiança exercidas em determinada administração, desde que não esteja solidário com os critérios e o programa dessa administração e, conseqüentemente, não lhe possa prestar uma colaboração eficiente e sincera. So através do desvirtuamento propositado da lógica dos fatos se poderia ver nisso qualquer sentido de insubordinação ou rebeldia. Não modifica o aspecto moral do caso a circunstância de haver sido grande o número dos resignatários. Isto apenas atesta o senso de dignidade dos que tomaram tal atitude, dentro da mesma organização, embora em diferentes setores do I.B.G.E., não porque houvesse qualquer previo entendimento a respeito, mas como imperativo da consciência profissional de cada um.

Teve razão, apenas, o sr. Presidente do Instituto quando afirmou "que muitos demissionários foram arrastados por princípios". Poderia ter declarado que "todos" os demissionários renunciaram os cargos que ocupavam por questão de princípios. "Os ibgeanos demissionários formam ao lado de um patrimônio cultural que lhes cumpre, de pleno direito, salvaguardar. Foram eles que, com seus esforços e sacrifícios, sob a inspiração patriótica de Teixeira de Freitas, construíram no Brasil o sistema estatístico de que dispomos, certamente ainda não e levado a perfeição, mas um sistema que progride e se aperfeiçoa, apesar das incompreensões e deficiências próprias do meio. (...) Ninguém pode negar que os demissionários, renunciando postos de chefia, o fizeram com evidente desvantagem pessoal. (...) Nesse movimento de dignidade profissional ultrajada, arriscam o que conquistaram em 10 ou 15 anos de serviço, em suas carreiras. E por que se dispõem a tanto? Porque entendem que é do seu dever preservar o que tantos sacrificios lhes custou para construir, quando essa obra é ameaçada por uma reforma radical, destinada a tudo destruir. Não o fazem por saudosismo ou interesses pessoais, mas pelo respeito a obra comum, por amor a uma causa a que deram o melhor de seu entusiasmo e devotamento" (carta dos demissionários a Alvaro Moreyra).

7. Acusações Pessoais

O sr. Presidente do Instituto não só desmereceu, aos olhos da opinião pública e do Governo, o prestígio da instituição que, no momento, dirige. Foi além. Fez constar de seu ofício ao sr. Presidente da República duas acusações de ordem absolutamente pessoal. Ao formular a primeira, atribui o "início de uma atitude de rebeldia" ao funcionário Ruben Gueiros, "que é pessoa a quem (eu) favorecera, para atender a pedidos, com a recondução ao cargo de Inspetor-Geral das Agências Municipais de Estatística, quando ele havia deixado um cargo administrativo, nesta Capital, do Governo do Território do Rio Branco". "Esse funcionário" acrescenta - "que pertence ao Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde, há vários anos está a disposição do I.B.G.E., como protegido, que é, de outros funcionários. Não é absolutamente um técnico em estatística, embora pense se-lo. É um mero burocrata, agitado, nevropata, cujos excessos temperamentais estou em condições de revelar a Vossa Excelência, se isso lhe parecer necessário".

O trecho acima pode ser apreciado sob vários aspectos. Convém aten-

tar, antes de tudo, para o ponto relativo à posição do sr. Ruben Gueiros, como iniciador da chamada "atitude de rebeldia". Qual o motivo da omissão propositada do já citado discurso do sr. Waldemar Lopes, no dia 31 de dezembro? Como ficou dito, linhas atrás, foi essa, realmente, "a primeira manifestação publica" de ma lestar ante as acusações constantes das cartas do sr. Presidente ao "Correio da Manhã". E a ela estiveram presentes cerca de trezentas pessoas, que, com os seus aplausos ao ex-secretário geral do C.N.E. e o quase silêncio em relação as palavras do general Polli Coelho, caracterizaram bem a posição do pessoal, em face do dissídio estabelecido.

Outro aspecto é o da atitude generosa do acusador, na referência ao favor concedido. Focalizou-a, em topico, a "Tribuna da Imprensa", para concluir que, se verdadeira a declaração, o general Polli Coelho "se rendeu a injunções de natureza politica e privada, nomeando um funcionario que ele considera incapaz de executar suas atribuições. Ve-se que, mesmo descobrindo tal verdade, confirmou-o no cargo, não o exonerando. Muito pelo contrario, coube a esse funcionario pedir ousadamente sua exoneração" (Tribuna da Imprensa", 16/I/52).

As razões da atitude do ex-Inspetor Geral estão claramente expressas na carta dirigida por aquele alto funcionario ao ex-Secretario Geral do C.N.E. Essa carta é datada de 31 de dezembro e foi a primeira em que, no caso do Instituto, se formulou um pedido de exoneração, por "questão de principio". Nela figuram os trechos seguintes, que encerram a explicação dos antecedentes, com referência as cartas ao "Correio da Manhã": "Não podendo mais trabalhar como elemento de confiança do atual Presidente do Instituto, venho depor nas vossas mãos o cargo de Inspetor Geral de Estatística Municipal, função que exerci durante muitos anos com sacrificio de minha saúde e dos meus proprios interesses pessoais. A "mistica ibgeana" que construiu este monumento que é o I.B.G.E., sob o comando de Teixeira de Freitas, auxiliado pelo saudoso Leo de Affonseca, pelo dr. Rafael Xavier, Comandante Ribeiro Espindola, Waldemar Lopes e tantos outros, não será apagada. Essa obra está aí como um monumento, protestando contra todas as acusações que lhe fazem, no momento".

Em face das acusações do sr. Presidente, cabe fazer menção aos antecedentes funcionais do sr. Ruben Gueiros. E ele um dos poucos servidores do Instituto nominalmente referidos em resoluções da Assembleia Geral do Conselho Nacional de Estatística. Este órgão, em mais de uma oportunidade - inclusive na sessão ordinaria de 1951, presidida pelo general Polli Coelho, e quando estava o sr. Ruben Gueiros no exercicio de outra comissão fora do Instituto -, reconheceu os grandes serviços prestados por aquele digno funcionario a causa da estatística. Estatístico de carreira, do Serviço de Estatística da Educação e Saúde, serviu ao Instituto desde 1937, tendo reorganizado varias repartições estaduais de estatística, logo depois de celebrada a Convenção Nacional de 1936. Com exemplar dedicação trabalhou ele como delegado do Instituto, em o Norte do País, e, depois, como Inspetor Geral. É, realmente, injusto o julgamento do general Polli Coelho, em relação a um funcionario a quem tanto deve o I.B.G.E.

Outras alusões desairosas do sr. Presidente do Instituto são dirigidas, não a um subordinado seu, mas a um membro do Conselho Nacional de Estatística, sr. Alberto Martins, que, de acordo com o officio de s. excia. ao sr. Presidente da Republica, "não entende nada de estatística, como se verifica imediatamente dos conceitos levianos que costuma emitir". Antigo diretor da Secretaria Geral do C.N.E., estatístico do Ministerio da Educação e Saúde, atual diretor do Serviço de Estatística do referido Ministerio, dispensa aquele alto funcionario, que tem mais de trinta anos de serviço publico, referências maiores nesta exposição, sobretudo considerando-se que o sr. Presidente do Instituto pretende fornecer, a seu respeito, "informações mais detalhadas" a Presidencia da Republica e ao sr. Ministro da Educação..

8. Acusações Imprecisas

Certas afirmações do general Polli Coelho contêm críticas e conceitos que não atingem, apenas, o I.B.G.E. Eis algumas:

- a) a regra, em nosso país, "é o atraso, a demora e o incompletismo" ("Correio da Manhã", 25/XII/51);

- b) "somos um país em que, por velho costume, preferimos a mentira agradável a verdade desagradável" ("Correio da Manhã", 30/XII/51);
- c) "somos também um país em que não se liga muita importância aos sacrifícios que a Nação faz para criar e manter serviços públicos ou instituições que vivem a custa do Tesouro Nacional, contanto que haja quem com isso goze; se distraia, ou se encha de vaidade, vendo seu nome sempre elogiado pelos jornais" ("Correio da Manhã", 30/XII/51);
- d) "quando se quer tirar ilações malévolas de um escrito alheio, não é difícil, por meio de silogismos, chegar a adulterar tanto as coisas escritas, que se possa concluir delas tudo o que se queira, inclusive o oposto do que está escrito. (...) Esse sistema está enraizado em nossa gente, no tocante a apreciação das palavras e atos de quem administra ou governa" (ofício ao sr. Presidente da República).

O registro acima é feito, apenas, com o objetivo de facilitar a compreensão do pensamento do sr. Presidente do Instituto, em relação a diferentes aspectos da vida nacional. Ve-se, por ele, que os conceitos derrotistas expandidos por s. excia., quanto a nossa organização estatística e aos resultados de suas atividades, encontram perfeita correspondência em amplas generalizações, também formuladas por s. excia., relativamente a mentalidade dominante no país e as características morais de nossa gente.

9. Pronunciamentos Favoráveis

Em vários pontos da presente exposição se reproduzem os conceitos e referências do general Polli Coelho, em desabono da obra do Instituto e, de modo particular, do prestígio das estatísticas brasileiras. Não será demasiado reproduzir, também, outros pronunciamentos de s. excia., de sentido inteiramente contrário ao das acusações que agora formula. Assinale-se, de passagem, que alguns desses pronunciamentos favoráveis antecederam apenas de alguns dias as críticas mais severas do sr. Presidente do Instituto, em relação às mesmas realizações e aos mesmos servidores que de s. excia. haviam merecido tão expressivos elogios.

Em seu discurso de posse, em 2 de maio de 1951, afirmava o general Polli Coelho:

"Na era das estatísticas, somos um país que apenas de 1936 em diante, graças ao I.B.G.E., começou a ter estatísticas dignas desse nome!!"

"O atual Presidente da República, que criou o I.B.G.E., está vivamente empenhado em que o I.B.G.E. prossiga em seu caminho ascensional e me confiou a tarefa de promover a continuação de seu desenvolvimento".

"Não venho para destruir seja lá o que for. Venho para continuar. Venho para conservar aquilo que deve ser conservado e para melhorar aquilo que deve ser melhorado. Não trago propositos de inovações, ou de transformações, quer técnicas, quer administrativas. As modificações que tiverem de ser feitas se-lo-ão depois de estudos convenientes, ouvidos os órgãos competentes para opinar". ("Boletim da Secretaria Geral", nº 135).

Nas comemorações do aniversário do Instituto, a 29 de maio, voltou a afirmar o general Polli Coelho:

"A vós, à vossa inestimável colaboração, testemunho de elevado espírito público, muito deve o Instituto, em cujo seio se entrosam e se harmonizam, sem se chocarem, as diferentes entidades que o integram. Os frutos da colaboração a que acabo de aludir comprovam a excelência do princípio que inspirou a criação deste sistema de órgãos e serviços, do qual participam também as nossas forças armadas, em termos de mútua cooperação, reciprocamente proveitosa. Torno finalmente extensivas minhas felicitações ao corpo dirigente das duas Secretarias e a todo o seu funcionalismo, cuja operosidade e dedicação de seja assinalar".

"O Laboratório de Estatística, sob a chefia do eminente cientista professor Giorgio Mortara, já inscreve no seu acervo de realizações e estudos da mais alta valia, em torno de aspectos essenciais da realidade brasileira. (...) Excusado insistir na importância desses e de outros estudos que vêm sendo elaborados, com método e cunho científicos, para a avaliação do vulto e das tendências de nossa vida socio-econômica. De não menor relevância, também, é o papel que o Laboratório começa a desempenhar na formação de quadros técnicos para o Instituto". ("Boletim da Secretaria Geral", nº 139).

Da fase de tomada de contacto do sr. Presidente do Instituto com os órgãos do sistema, nos Estados, são os pronunciamentos de s. excia. em discursos e em ofícios dirigidos ao então Secretário Geral do C.N.E., a respeito da organização e do funcionamento dos serviços regionais de estatística.

Partiram de s. excia. os conceitos abaixo transcritos, divulgados no "Boletim" do Conselho e todos altamente honrosos para a instituição e os seus servidores:

Visita à Inspetoria Regional de Minas Gerais:

"Durante minha recente visita a Minas Gerais, quando inspecionei os trabalhos que ali está fazendo o I.B.G.E., tive a mais lisonjeira impressão quanto as atividades da I.R., cujo chefe, dr. Said Farhat, apresenta a sua repartição em excelente estado de funcionamento, dando seu exemplo pessoal de dedicação ao serviço, com grande rendimento. O ambiente de trabalho sadio, que reina na sede da Inspetoria, granjeou as gerais simpatias das autoridades civis e militares do Estado de Minas Gerais e do publico, que ali cada vez mais se mostram interessados em estatísticas. Louvo, por isso, o Inspetor Regional, dr. Said Farhat, e o autorizo a, em meu nome, louvar a seus auxiliares, de acordo com o respectivo merecimento" (ofício ao sr. Secretário Geral do C.N.E., publicado no "Boletim da Secretaria Geral", nº 145).

"Tenho uma impressão, posso dizer, magnífica, desta Inspetoria, que, a par de instalações muito agradáveis, mostra na disposição de suas seções, na organização de seus serviços, e no animo com que se apresentam todos os funcionários, uma situação de higiene de trabalho verdadeiramente primorosa. Estou acostumado a ver repartições de diferentes categorias em nosso país, de todos ou quase todos os Ministérios e, muitas vezes, surpreendo-me com repartições onde reina visível pessimismo do pessoal, pessimismo que, muitas vezes, está em desacordo com as condições de trabalho. Quero dizer: funcionários publicos que são relativamente bem remunerados, mas se sentem movidos por um desânimo que eu não cheguei nunca a compreender bem. (...)

Encontro aqui precisamente o contrário: funcionários que eu sei - porque o tempo da minha permanência no I.B.G.E. já me indicou isso - que não estão contentes, que não podem estar contentes porque são remunerados de maneira insuficiente para o "standard" da vida da cidade em que trabalham e que, apesar disso, se mostram animados, trabalhando dentro de certa mistica que é uma das coisas mais surpreendentes que há no Brasil: a mistica do I.B.G.E. (...)

Em quase dois meses, tendo tido oportunidade de visitar serviços e penetrar em seções, de maneira mais ou menos inesperada, assistindo a diferentes atos de trabalho diario, estou convencido de que o I.B.G.E. e, realmente, o órgão exponencial da nossa vida administrativa. Quero dizer, poucas coisas haverá, no Brasil, como o I.B.G.E. Por isso é que me parece aceitado o que disse, de maneira um tanto instintiva, ao assumir a sua Presidência: não vinha para destruir coisa nenhuma, principalmente porque não tenho o instinto de destruição; ao contrario, sempre me senti inclinado a construção, embora nem sempre pudesse alcançá-la nas coisas que estavam a meu cargo. Mas, a destruição é que nunca me senti inclinado., Sabia que havia uma legislação boa, um pessoal treinado e uma tarefa muito grande diante de nos. Um pouco instintivamente, anunciei que vinha para conservar e, se possível, para melhorar" (discurso reconstituído segundo notas taquigraficas e publicado no "Boletim da Secretaria Geral", nº 145).

Visita à Inspetoria Regional de São Paulo:

"Na minha recente visita de inspeção aos serviços do I.B.G.E., no Estado de São Paulo, encontrei a Inspetoria Regional de Estatística em excelente estado de funcionamento, com todos os seus órgãos em profícua atividade. Muito embora a braços com uma séria crise de pessoal, com origem no desfalque experimentado pelos respectivos quadros, a I.R. de São Paulo apresenta elevado índice de rendimento, o que muito me agradou. Por esse motivo, considero de inteira justiça deixar consignado aqui, como o faço, meu elogio a competência, dedicação e esforço do dr. Roberto Paiva Meira, Inspetor Regional, autorizando-o a estender esse elogio a todos os auxiliares que o merecerem, não somente da Inspetoria Regional como das Agências Municipais" (ofício ao sr. Secretário Geral do C.N.E., publicado no "Boletim da Secretaria Geral", nº 147).

Visita à Inspetoria Regional do Rio de Janeiro:

"Quero (...) transmitir meu caloroso elogio ao Inspetor dr. Emil de Roure Silva, pela dedicação ao serviço, competência e capacidade de direção, patenteada no rendimento alcançado em todos os trabalhos da repartição" (ofício ao sr. Secretário Geral do C.N.E., publicado no "Boletim da Secretaria Geral", nº 149).

Visita à Inspetoria Regional do Espírito Santo:

"Na minha visita à Inspetoria, (...) encontrei tudo em perfeita ordem, tendo recebido do Inspetor, sr. Armando Duarte Rabelo, todas as informações que eram necessárias para formar um juízo pessoal do estado em que se encontram os serviços. (...) Nessas condições, quero manifestar-vos aqui a minha grande satisfação de ter encontrado, mais uma vez, na visita que fiz a I.R. do Espírito Santo, quarta Inspetoria por mim visitada, a ordem, a atividade e a dedicação que caracterizam os órgãos dessa Secretaria Geral existentes nos Estados. (...) O sr. Armando Duarte Rabelo é digno do meu sincero elogio pela ótima impressão que me deixaram os resultados de seus esforços" (ofício ao sr. Secretário Geral do C.N.E., publicado no "Boletim da Secretaria Geral", nº 154).

Visita à Inspetoria Regional de Goiás:

"A impressão que recebi na Inspetoria, como nas Agências mencionadas (Anápolis, Goiás (velha Capital), Planaltina, Formosa e Jaraguá), foi a melhor possível, tendo observado que nossos funcionários, destacados no Estado de Goiás, têm uma atuação que muito os recomenda e lhes dá prestígio nas localidades em que trabalham. Não posso deixar de destacar a atuação do Inspetor Regional, sr. Celio Fonseca, que me acompanhou em todos os momentos e lugares em que estive, revelando-se sempre um inteligente, ativo e proficiente chefe. Ao fazer este elogio ao Inspetor de Goiás, autorizo-o a estendê-lo a todos os seus auxiliares que o merecerem, pelos seus atributos e serviços prestados" (ofício ao sr. Secretário Geral do C.N.E., publicado no "Boletim da Secretaria Geral", nº 159).

Visita à Inspetoria Regional do Rio Grande do Sul:

"Manifestando, agora, minha impressão geral sobre os serviços do I.B.G.E. no Estado do Rio Grande do Sul, cumpro um dever de justiça declarando que recebi na Inspetoria Regional a mais grata impressão pela dedicação ao serviço, inteligência e capacidade que constatei na pessoa do Dr. Ruy do Amaral Prado, sem faltar um dos mais brilhantes Inspetores com quem conta o I.B.G.E." (ofício ao sr. Secretário Geral do C.N.E., publicado no "Boletim da Secretaria Geral", nº 164).

Vê-se que o sr. Presidente do Instituto, tendo visitado as Inspetorias Regionais localizadas em seis Unidades da Federação, se manifestou elogiosamente sobre todas, sem fazer qualquer restrição aos respectivos servidores ou aos trabalhos que executam.

Referindo-se às Agências de Estatística, no ofício ao sr. Presidente da República, s. excia. teve oportunidade de afirmar serem "todas elas servidas por funcionarios mal pagos e, em sua maioria, de insuficiente preparação", confirmando, por inteiro, o que dissera na reunião da Junta Central, realizada a 4-I-52, quando afirmara que "as Agências Municipais de Estatística (...) não es-
tão a altura de preencher suas finalidades, porquanto não contam com elementos dotados da capacitação técnica indispensável".

Não foram muitas as Agências Municipais de Estatística visitadas pelo sr. Presidente do I.B.G.E.; entretanto, foram sempre de louvor as referências feitas por s. excia. a todas elas. Em visita a Corumbá, no Estado de Mato Grosso, para se entender com autoridades americanas, o general Polli Coelho procurou a Agência de Estatística do Município de Aquidauana,

"rapidamente, à última hora de sua (minha) visita àquela cidade". "Devo dizer-lhes que foi muito grande a nossa surpresa, quando encontramos o funcionario da Agencia Municipal. Entusiasta de sua tarefa, conhecedor profundo das coisas do Município, fez-nos rapidamente uma descrição da economia municipal, das atividades economicas do Município, e, logo em seguida, abrindo os cadernos da 15ª Campanha, fez traduzir tudo aquilo em numeros, com grande admiração do americano, e minha também, porque era a primeira vez que apreciava os resultados de um inquerito municipal, no proprio local em que se estava realizando. Anotei o fato como índice dessa mistica que já chegou ate os confins da nação, pois, no caso de Aquidauana, se trata de um dos municipios mais remotos do Brasil, quase na fronteira com a Bolívia". (Discurso proferido por occasiao da visita a Inspeção de Minas Gerais, reconstituído segundo notas taquigraficas e publicado no "Boletim da Secretaria Geral", nº 145).

Após a visita ao Estado do Rio Grande do Sul, s. excia. não regateou elogios a atuação dos responsaveis pelas Agências em que esteve,

"consignando a (minha) excelente impressão obtida em relação aos srs. Gomercindo Ene, Agente Municipal de Bage, Ricardo Chieli, de Lavramento, e Angelo Yagueiros, de Uruguaiana, os quais, no circulo social em que atuam, conquistaram excelente prestigio para o I.B.G.E., revelando-se, assim, funcionarios exemplares". (Oficio ao sr. Secretario Geral do C.N.E., publicado no "Boletim da Secretaria Geral", nº 164).

Não foi diferente a impressão recebida pelo sr. Presidente do Instituto na visita que fez a Agência de Estatística de Petropolis, no Estado do Rio, na qual teve a companhia do estatístico frances prof. Alfred Sauvy. Nela, declara em expediente divulgado,

"muito apreciou (apreciei) o excelente aspecto da referida Agência, pelo qual se verifica o esforço proficuo, a capacidade e a inteligência do Agente sr. Rogerio Gouvea, bem como a de seus auxiliares" (o oficio ao sr. Secretario Geral do C.N.E., publicado no "Boletim da Secretaria Geral", nº 149).

Assim foi no Espírito Santo, onde recebeu

"agradável impressão dos serviços dirigidos pelo sr. Máximo Costa" (o oficio ao sr. Secretario Geral do C.N.E., publicado no "Boletim da Secretaria Geral", nº 154);

e assim foi em Goiás, como já se referiu. Em nenhuma ocasião o sr. Presidente do I.B.G.E. julgou cabível qualquer restrição as Agências de Estatística, as quais, entretanto, segundo s. excia. viria a afirmar posteriormente, "não estão a altura de preencher suas finalidades", visto não contarem "com elementos dotados da capacitação técnica indispensável".

10. O Programa do Sr. Presidente do Instituto

A partir da primeira carta ao "Correio da Manhã", em que falava da necessidade da "modernização" do I.B.G.E., que está "necessitando de uma reforma radical", o general Polli Coelho tem voltado varias vezes ao assunto. "Os ser-

viços do I.B.G.E." - disse s. excia. a "O Jornal" (4/I/52) - "precisam de reorganização", "de maneira a torna-los mais eficientes". Essa reorganização, conforme notícia dada a "Tribuna da Imprensa" (4/I/52), será uma "reforma de base". Em data posterior, acrescentou s. excia. que a reforma que tem em vista realizar "é de base, não podendo, por isso, produzir resultados imediatos, da noite para o dia" ("O Jornal", 8/I/52). "A Nação precisa de estatística para a administração, acho que o arcabouço do I.B.G.E. deve ser reformado" ("O Globo", 8/I/52).

Em que consistirá essa reforma? Vejamo-lo por partes.

Inicialmente, há a legislação, cuja alteração seria feita, contando-se para isso com "o concurso de alguns nomes que existem no país e que certamente não se negarão a colaborar nesse esforço, para o aperfeiçoamento das nossas estatísticas" ("O Jornal", 8/I/52), porque "a legislação em vigor corresponde a um plano antiquado de trabalhos" ("Tribuna da Imprensa", 5/I/52).

Acontece que o Instituto, segundo dispõe o Decreto nº 24 609, de 6 de julho de 1934, é uma

"entidade de natureza federativa, tendo por fim, mediante a progressiva articulação e cooperação das três ordens administrativas da organização política da República, bem como da iniciativa particular, promover e fazer executar, ou orientar tecnicamente, em regime racionalizado, o levantamento sistemático de todas as estatísticas nacionais". (...) "O Instituto agira com autonomia plena sob o ponto de vista técnico e a limitada autonomia administrativa compatível com a constituição política do país e requerida pela própria natureza da instituição".

No tocante à constituição, se é verdade que a lei orgânica citada estabelece que constituirão o Instituto duas classes de entidades - a das "repartições centrais" e a das "repartições filiadas" - não menos o é que, no seu art. 2º, parágrafo 3º, dispõe que as repartições ou dependências de repartições estaduais ou territoriais, as organizações, ou mesmo simples agências municipais de estatística e os departamentos mantidos por empresas ou associações quaisquer, para fins de levantamentos estatísticos.

"serão incorporados facultativamente, por meio de convênios especiais ou de uma Convenção Nacional de Estatística, firmados entre a União, de um lado, e, do outro, os Estados, Territórios, Municípios ou entidades privadas e tendentes a colocar gradativamente sob a influência unificadora do Instituto a totalidade dos esforços e recursos que os poderes públicos e a iniciativa particular já estiveram dedicando ou vierem a dedicar a fins de estatística nacional".

Assim, dentro desse espírito, e sem qualquer espécie de coação, é que se realizou a Convenção Nacional de Estatística, celebrada entre o Governo Federal e a unanimidade dos Governos das Unidades Políticas,

"atendendo à conveniência da coordenação e da uniformização da estatística brasileira; de modo a que seja a mesma elaborada, dentro das normas constitucionais vigentes, num regime de cooperação e divisão racional de trabalho e de recursos, entre as diferentes esferas administrativas" (Convenção, intr.).

Para a consecução desse objetivo, o instrumento convencional assegurou ao Conselho Nacional de Estatística

"a mais ampla autonomia de ação técnica e administrativa, para o fim de eficiente coordenação no planejamento e execução dos serviços estatísticos brasileiros" (Convenção, intr., I).

Ao mesmo tempo, estabeleceu que o Conselho Nacional de Estatística seria constituído, como já se disse anteriormente, por pessoas da mais alta hierarquia, no sistema estatístico, integrando a Assembleia Geral, as Juntas Central e Regionais e as Comissões Técnicas.

Simultaneamente, incluiu entre as atribuições expressas da Assembleia Geral, as de:

.....

- c) caracterizar as estatísticas que se devam considerar da competência privativa das organizações federais ou das organizações regionais, fixando ao mesmo tempo as normas para que, no menor prazo possível, os resultados de umas e outras sejam comunicados a todos os órgãos do Instituto a que possam interessar;
- d) sugerir os critérios e processos pelos quais as estatísticas de caráter regional ora levantadas e elaboradas pela União possam ser, aos poucos, transferidas a responsabilidade dos serviços regionais, desde que estes se sintam com a eficiência necessária para assegurar-lhes a continuidade e perfectibilidade; fixar, outrossim, a ação supletiva dos serviços nacionais, onde esta for solicitada ou julgada ainda necessária (Convenção, bases, XVII);
- f) sugerir ao Governo da República e aos Governos Regionais e locais, conforme o caso, para o competente exame e deliberação, as alterações de regulamentos que os serviços de estatística forem exigindo para o seu aperfeiçoamento?
- h) propor aos órgãos governativos competentes as providências necessárias ao normal desenvolvimento das finalidades do Instituto (Convenção, bases, XVII).

Vê-se, dessarte, que, no documento básico da organização estatística brasileira, se previu o que poderia acontecer no futuro: os redatores da Convenção Nacional de Estatística deixaram, no seu texto, princípios do mais elevado alcance, visando a resguardar o sistema estabelecido, através de um pacto político, em bases federativas.

Como se verifica dos trechos transcritos, não basta querer o sr. Presidente do Instituto "promover a reforma da legislação básica da nossa casa" ("O Globo", 4/I/52). Não basta, igualmente, "estudar um projeto de lei reorganizando o Instituto" e leva-lo "a apreciação do sr. Presidente da República" para que este, "se estiver de acordo", o encaminhe "ao Congresso" (discurso do dia 31/XII/52). Uma iniciativa desta ordem somente se pode verificar mediante pronunciamento da Assembleia Geral do Conselho Nacional de Estatística. Não é suficiente que a julgue necessária e pretenda promovê-la o general Polli Coelho, esquecido de que preside uma entidade federativa; necessária talvez não seja essa reforma para o conjunto de serviços integrantes do sistema do Instituto, ou para os Governos representados no seu órgão de direção superior.

Mas, a intenção do sr. Presidente "não é apenas essa de promover uma modificação da legislação e nos serviços do I.B.G.E., com o fim de baratear o preço de suas estatísticas, simplificando-as, tornando-as mais rápidas e de maior precisão, o que somente técnicos podem fazer". Deseja ele "também promover o recrutamento de técnicos, mediante cursos que o próprio I.B.G.E. devesse administrar, como também o aproveitamento de alunos que estudam estatística nas Faculdades de Filosofia, como complemento de seus estudos matemáticos. Esses alunos encontram portas fechadas nos serviços estatísticos do Brasil" (ofício ao sr. Presidente da República, cit.).

Pergunta-se: se, como já foi dito, o Instituto seleciona o seu pessoal em provas públicas de capacidade, que teria impedido a admissão, em seus quadros, de alunos das Faculdades de Filosofia?! Ou admite s. excia. que a simples condição de aluno de uma dessas instituições foi bastante para vedar a alguém o ingresso naqueles quadros?!

Quanto à formação de técnicos, lícito é lembrar que numerosas são as providências tomadas, por iniciativa do Instituto, para facilitar o seu preparo, através de cursos, estágios de funcionários estaduais em repartições de estatística dos Ministérios ou na Secretaria Geral, designação de servidores para cursos de aperfeiçoamento no estrangeiro, edição de obras de Estatística, etc.

O atual secretário Geral do Conselho Nacional de Estatística, sr. Lourival Ubaldo Câmara, ao regressar dos Estados Unidos, aonde fora aperfeiçoar-se, ainda na administração anterior, em determinados ramos de especialização estatística, recebeu a incumbência especial de ministrar cursos ao pessoal da Secretaria e dos serviços estatísticos federais.

A "Revista Brasileira de Estatística", órgão oficial do C.N.E., repre

sentada,, igualmente, uma contribuição valiosa para a formação e o aperfeiçoamento de quantos exercem, no Brasil, atividades estatísticas.

Quanto ao treinamento no estrangeiro, atente-se na lista de técnicos latino-americanos enviados aos Estados Unidos ("Revista Brasileira de Estatística", nº 44, pg. 627). A parcela maior cabe ao I.B.G.E.: "dos dezesseis especiais, dez (ou 62,50%) se acham integrados nos quadros técnicos do I.B.G.E.; dos seis restantes, alguns se acham vinculados a entidade, seja como consultores técnicos, seja como colaboradores diretos em Juntas Executivas Regionais, em comissões técnicas, em órgãos administrativos ou entidades culturais ligadas ao Instituto" (idem, pg. 628).

No ofício ao sr. Presidente da República, acrescenta o sr. Presidente do Instituto que o seu objetivo, "na reforma que deseja promover, visa introduzir a técnica da amostragem, sempre que ela seja possível". Outras declarações de s. excia., feitas a imprensa, e já transcritas em outros pontos desta exposição, deixam supor que houve reação a essa iniciativa, da parte dos servidores demissionários. Em verdade, isso não ocorreu.

Não é de hoje que o problema da amostragem vem merecendo as atenções do Conselho Nacional de Estatística, sobretudo de sua Secretaria Geral. Em 1946, dava esta decisivo apoio ao Curso de Amostragem ministrado, sob os auspícios da Sociedade Brasileira de Estatística, por William G. Madow, curso esse reproduzido em volume; cuja publicação foi encaminhada pela administração anterior; além disso, incumbia aquele técnico norte-americano de realizar palestras sobre o mesmo tema, em Salvador e no Recife. Posteriormente, participavam a Secretaria Geral e o Serviço de Estatística da Produção de entendimentos com o Serviço de Economia Rural da Secretaria da Agricultura de São Paulo, para a realização de algumas experiências de amostragem, encaminhadas nas melhores condições de êxito; colaborava a Secretaria com o mesmo Serviço de Estatística nas providências para que um de seus mais dedicados servidores realizasse, no estrangeiro, cursos de especialização em amostragem; procurava, ainda, o órgão executivo do Conselho suscitar mais amplo interesse em torno do assunto, através de conferências públicas, uma das quais, a cargo do sr. Lourival Câmara, foi especialmente destinada aos participantes da última sessão da Assembleia Geral; e, finalmente, aproveitava a estada, nesta capital, do sr. Max Bershad, técnico em amostragem a serviço da ONU para o Seminário de Apuração Mecânica realizado no Brasil, e o punha em contacto com o S.E.P. e funcionários interessados, a fim de estudarem as dificuldades da introdução do processo em nossa estatística agrícola. Além disso, o Secretario Geral demissionário, empenhado em promover a aplicação do método da amostragem no meio brasileiro, a título experimental, já iniciara entendimentos a esse respeito até mesmo com a Food and Agriculture Organization (FAO), das Nações Unidas, na pessoa de seu delegado, sr. Luis Rose Ugarte, a quem foi dirigida, em 1951, depois das conversações havidas, uma carta sobre a colaboração a ser prestada por aquela entidade internacional.

São fatos, e não palavras. Como, diante desses fatos, será possível insistir na afirmativa de que os dirigentes do C.N.E. fossem intransigentemente refractários ao método da amostragem?! Sempre se achou - isto, sim - que melhor era agir prudentemente, depois do adequado preparo técnico do pessoal; também nunca se quis perder de vista, no exame das vantagens que adviriam da aplicação daquele método, os compromissos assumidos pelo Instituto, em pactos solenes, e segundo os quais os resultados estatísticos devem ter discriminação municipal.

Citemos um documento anterior à crise do Instituto: a monografia sob o título "Crops and Livestock Production Statistics in Brazil", apresentada, em fins de 1951, as Conferências Internacionais de Estatística de Nova Delhi, pelo sr. Raul Lima, representante do Ministério da Agricultura na delegação do nosso país. Pertence a esse trabalho o seguinte capítulo:

"O objetivo da centralização técnica das estatísticas brasileiras é que o resultado geral do país deve representar o total dos resultados regionais, os quais, por sua vez, serão a soma dos dados municipais. Cada esfera governamental necessita de estatísticas das ocorrências em seu território e o direito de tê-las é plenamente assegurado mesmo a unidade municipal mais insignificante.

Em tais circunstâncias, um processo que permitisse somente a União, ou uma região apenas, ou mesmo cada Estado, saber o volume total das colheitas no território nacional, na região pesquisada, ou no território de cada Estado, não poderia ser adotado em substituição ao processo atual, por mais barato, rápido e seguro que ele fosse.

Esta é, sem dúvida, uma das razões por que a adoção de estatísticas por amostragem ainda não seduziu fortemente os estatísticos brasileiros.

No caso da agricultura, a grande vantagem oferecida por este método seria obter a produção de uma região ou, ao menos, de um Estado, baseada em informações coletadas de certo número de fazendas. Mas, o processo perderia suas características de rapidez e baixo custo se tivessem de ser consideradas também pequenas propriedades rurais espalhadas em Municípios sem significação econômica, onde as colheitas reduzidas são destinadas quase totalmente ao consumo da pequena população local.

Todavia, há um real interesse na aplicação do método de amostragem nas estatísticas agrícolas para obter, com a rapidez necessária, estimativas de colheitas que assegurem o abastecimento dos grandes centros consumidores e ajudem a exportação.

No Estado de São Paulo - onde a agricultura obedece a orientação mais moderna - há uma iniciativa pioneira em andamento, baseada em elementos coletados no Censo Agrícola de 1950.

Este ano, pela primeira vez, o chefe da Seção Agropecuária do Serviço de Estatística da Produção, depois de fazer um curso de treinamento dessas estatísticas, sob os auspícios da Food and Agriculture Organization, passou quatro meses nos Estados Unidos da América, trabalhando em várias repartições do Bureau of Agricultural Economics, United States Department of Agriculture, a fim de estudar os métodos usados.

O Conselho Nacional de Estatística tem-se encarregado deste assunto e encorajado os estatísticos brasileiros a se interessarem por ele.

Um curso dessa matéria está sendo planejado com o fim de preparar técnicos especializados, enquanto se tenta suprir a presente deficiência para o preparo dos "frames". Esta sendo também examinada a possibilidade de se obterem bolsas para estatísticos agrícolas estudarem no estrangeiro e a colaboração de técnicos de países mais adiantados em método de amostragem.

É preciso notar, entretanto, que, devido às razões acima apontadas, as condições peculiares do país e, também, ao cuidado indispensável para iniciar a amostragem como sistema estatístico quando não existem os elementos básicos necessários, o método ora adotado tem que ser mantido durante algum tempo e os esforços para melhorá-lo devem ser empregados sem interrupção. A substituição, quando se fizer, deve ser levada a efeito gradativamente, tendo sempre em vista a necessidade, não só de satisfazer as exigências e desfrutar as vantagens inerentes ao sistema de amostragem, mas, ao mesmo tempo, de não prejudicar as estatísticas municipais.

A própria experiência internacional confirma o acerto da orientação adotada, no caso das estatísticas agrícolas, pelo órgão responsável por seu levantamento, no Brasil. É o testemunho que dá, por exemplo, quanto aos Estados Unidos, o sr. Joseph A. Becker, chefe do International Commodities Branch do Departamento de Agricultura daquele país, ao comentar, em carta ao autor do trabalho citado, o trecho relativo a modificação dos processos em uso, mas, sem o sacrifício da comparabilidade dos dados. "O serviço de informações agrícolas dos Estados Unidos" - diz ele - "defrontou este problema no decênio que começou em 1920, quando foi tomada a decisão de dar maior importância à amostragem na elaboração das estimativas agrícolas. Isto foi conseguido com a introdução gradativa da amostragem, sem, contudo, desprezar os métodos existentes, até que a experiência de vários anos tornasse possível apreciar os resultados obtidos. As

sim, a experiência nos Estados Unidos está em perfeita harmonia com a sugestão apresentada no último parágrafo do mencionado capítulo de seu trabalho".

No caso do Brasil - convém insistir nisso, - o problema não apresenta apenas esse aspecto, pois tem de ser encarado, também, em função das peculiaridades do sistema estatístico, estruturado em bases federativas. Aplicado, entre nós, em larga escala e sem a necessária ponderação, o método da amostragem determinara o desatendimento das necessidades dos governos estaduais e municipais, quanto aos dados estatísticos relativos às Unidades da Federação e aos Municípios. Em decorrência, poderão aqueles governos, ao se sentirem lesados pelo não cumprimento do estabelecido na Convenção Nacional de Estatística e nos Convenios Nacionais de Estatística Municipal, chamar a si o levantamento das estatísticas de seu interesse, assumindo os encargos totais das pesquisas, desde a elaboração dos instrumentos de coleta até a apuração e publicação dos resultados. Isto representará a derrocada do sistema ora em vigor, de tanto alcance do ponto de vista do interesse nacional, pois torna possível o custeio da coleta estatística nos Municípios que não estariam, financeiramente, em condições de fazê-lo com os seus próprios recursos.

A Secretaria Geral do C.N.E. jamais ignorou que a utilização do processo de amostragem, com a supressão total, ou, pelo menos, a redução da rede de Agências de Estatística, poderia importar em alguma economia no levantamento das nossas estatísticas. Mas admitiu, também, que essa economia, por sua vez, importaria em prejuízo para a coleta de dados de compreensão municipal e, conseqüentemente, para o funcionamento daquele "aparelho de prospecção nacional que, em conjunto, os Estados Maiores das Forças Armadas julgaram indispensável fosse instituído sob a égide do I.B.G.E., em condições de atuar permanentemente em cada um dos Municípios, como instrumento da segurança nacional" (carta do dr. Teixeira de Freitas ao sr. Presidente da República).

Cumpre deixar bem claro: o que houve sempre, da parte da Secretaria Geral e da própria Assembleia Geral do C.N.E., ao considerar, inclusive, projetos de resolução sobre a aplicação do processo de amostragem não foi reação contra ideias novas. Foi o temor de, ao introduzir modificações profundas nos métodos usados, por a perder, em curto prazo, o resultado dos esforços desenvolvidos em longos anos, com o sacrifício total ou parcial do sistema de coleta estruturado à base da cooperação interadministrativa. Foi, sobretudo, a convicção de que, como já se afirmou, a melhoria pretendida "difícilmente será atingida de um salto, em milagres de improvisação, mas apenas pelo caminho do trabalho permanente, pelo aproveitamento dos erros cometidos".

Se o que se pretende agora, como está insistentemente anunciado, é a "reforma radical" do I.B.G.E., então já não haverá lugar para preocupações, dessa ordem: reformado até as raízes, o sistema estatístico brasileiro deixará de ser o sistema que a União, os Estados e os Municípios convencionaram manter e que sempre mereceu o respeito e o apoio da opinião pública. Mas, aos demissionários do I.B.G.E. se reconheça, pelo menos, um elementar direito: o de não colaborar nesse crime contra o Brasil.